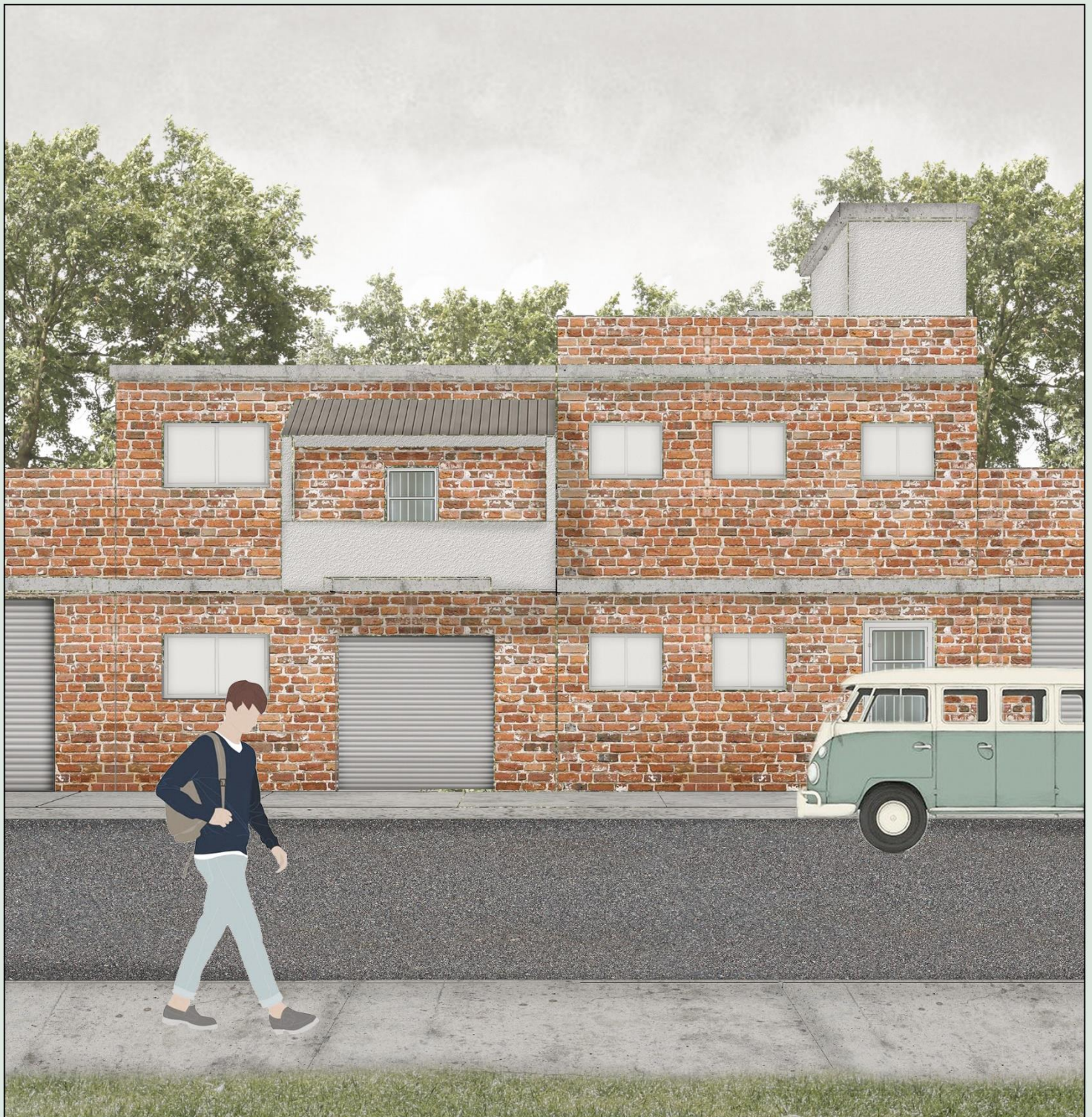


CRAS

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - ETAPA I - ORIENTADORA: JAMILE M. S. WEIZENMANN - ARQUITETURA E URBANISMO

IGOR BALASTRELLI GRECCO



Igor Balastrelli Grecco

NOVA SEDE PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS NA CIDADE DE LAJEADO/RS

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - Etapa I, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Dra. Jamile Maria da Silva Weizenmann

Lajeado, dezembro de 2020

A inclusão social não pode ser vista e assumida como caridade. As pessoas não são limitadas e inúteis. Faltam-lhes oportunidades e espaços de expressão e acolhida. A caridade resigna e limita. Precisamos e devemos apostar no protagonismo e na capacidade de todos os seres humanos.

Antônio Coquito

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender, analisar e criar embasamento teórico e repertório para a proposta de uma nova sede para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Centro em Lajeado, município do estado do Rio Grande do Sul, que será desenvolvida durante a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – Etapa II no curso de Arquitetura e Urbanismo. A pesquisa visa compreender o tema de assistência social no Brasil, no Estado e no município, buscando referências no passado além de ações e programas desenvolvidos atualmente e que buscam promover a integração social de indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade. O projeto será implantado no bairro Centro, que possui facilidade de acesso pelos usuários e localiza-se em proximidade das principais áreas em que a vulnerabilidade social está presente. Ademais, para o embasamento da proposta realizou-se a análise teórica do tema, do município e dos referenciais que apresentam programas semelhantes e que auxiliaram na criação e desenvolvido do programa de necessidades proposto para o projeto.

Palavras-chave: Projeto de Arquitetura. CRAS. Assistência Social. Vulnerabilidade Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Movimento migratório antigo na América	17
Figura 2: Desembarque de imigrantes no porto de Santos em 1907	20
Figura 3: Os sete Povos da Missões: povoamento	22
Figura 4: Ocupação de Lajeado, do Rio Taquari à rodovia	24
Figura 5: Imigrantes exercendo o trabalho informal nas ruas de Lajeado	27
Figura 6: Número de solicitações de refúgio por ano no Brasil	28
Figura 7: Rio Grande do Sul no Brasil e distância Lajeado - Porto Alegre	42
Figura 8: Cidades vizinhas, acessos à Lajeado e bairro Centro	43
Figura 9: Localização, dimensões e vegetação existente no lote	44
Figura 10: Fotos do lote a partir da rua Júlio May	45
Figura 11: Trajetória solar incidente no lote	46
Figura 12: Frequência média anual da velocidade do vento em Lajeado	46
Figura 13: Análise do terreno na carta solar de Lajeado	47
Figura 14: Topografia do lote e cota de cheias	48
Figura 15: Alturas do entorno imediato	49
Figura 16: Usos do entorno imediato	50
Figura 17: Equipamentos próximos ao lote	52
Figura 18: Conceitos projetuais do CRAS	56
Figura 19: Fluxograma	60
Figura 20: Exemplo de escada enclausurada	70
Figura 21: Dimensões referenciadas para deslocamentos	71
Figura 22: Largura para deslocamento em linha reta	71
Figura 23: Área de manobra de cadeira de rodas com deslocamento	72
Figura 24: Dimensionamento de rampas	73
Figura 25: Exemplificação de lavabo adaptado	73

Figura 26: Espaços para PCR, PMR e PO.....	74
Figura 27: Dimensionamento de espaços para PCR	74
Figura 28: Exemplo de balcão acessível.....	75
Figura 29: Centro Comunitário Rehovot, Israel	77
Figura 30: Implantação Centro Comunitário Rehovot	78
Figura 31: Zoneamento pavimento térreo	79
Figura 32: Zoneamento segundo pavimento	80
Figura 33: Zoneamento terceiro pavimento.....	81
Figura 34: Centro Comunitário Rehovot.....	82
Figura 35: Projeto para sede do IAB/DF e CAU/BR	83
Figura 36: Implantação Sede IAB/DF e CAU/BR	84
Figura 37: Programa e acessos IAB/DF e CAU/BR	84
Figura 38: Zoneamento subsolos IAB/DF e CAU/BR	85
Figura 39: Zoneamento térreo e 2º pavimento IAB/DF e CAU/BR	86
Figura 40: Zoneamento 3º pavimento IAB/DF e CAU/BR	87
Figura 41: Sede IAB/DF e CAU/BR.....	88
Figura 42: Estratégias de sustentabilidade IAB/DF e CAU/BR.....	89
Figura 43: Vanke Wangjing Garden	90
Figura 44: Diagrama e locais de estar.....	91
Figura 45: Variação de vegetação.....	91
Figura 46: Iluminação indireta nos bancos	92
Figura 47: Iluminação por balizadores	92

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NBR	Norma Brasileira
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Proteção e Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
STHAS	Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atribuições do CRAS e do CREAS.....	38
Tabela 2: Índices da Zona 1 do Projeto de Lei 036	51
Tabela 3: Programa de necessidades e dimensionamento.....	57
Tabela 4: programa de necessidades mínimo para sede do CRAS.....	63
Tabela 5: Classificação das atividades por ocupação/uso	64
Tabela 6: Cálculo da população de acordo com ocupação	65
Tabela 7: Padrão de consumo para dimensionamento de reservatórios	66
Tabela 8: Dados para o dimensionamento de saídas	67
Tabela 9: Classificação das edificações quanto à altura	68
Tabela 10: Classificação quanto as dimensões em planta.....	68
Tabela 11: Classificação quanto as características construtivas.....	69
Tabela 12: Distâncias máximas a serem percorridas	69

SUMÁRIO

01	INTRODUÇÃO	12
02	TEMA	15
	2.1. Apresentação e justificativa do tema	15
	2.2. Contextualização histórica	16
	2.2.1. O processo de imigração mundial	17
	2.2.2. Imigração no Brasil	19
	2.2.3. Imigração no Rio Grande do Sul	21
	2.2.4. Histórico da cidade de Lajeado	23
	2.2.5. Relação entre imigrante e refugiado	25
	2.2.6. Imigração haitianos ea Lajeado	26
	2.2.7. Lei do Refúgio (9.474/1997)	28
	2.2.8. Lei de Migração (13.445/2017)	29
	2.3. Perfil da população carente no Brasil	30
	2.3.1. Pobreza	30
	2.3.2. Baixa escolaridade	31
	2.3.3. Trabalho informal e desemprego	31
	2.3.4. Habitação precária	32
	2.3.5. Violência	33
	2.4. Política de assistência social no Brasil	34
	2.4.1. Programas de assistência social	36
	2.5. Relação entre CRAS e CREAS	37
	2.6. ODS 2030	39
03	ÁREA DE INTERVENÇÃO	42
	3.1. A cidade e o bairro	42
	3.2. Apresentação do terreno	44
	3.2.1. Microclima	45
	3.2.2. Topografia e cota de cheia	48
	3.2.3. Análise do entorno imediato	49
	3.3. Condicionantes legais	50
	3.4. Justificativa do local de implantação	51

SUMÁRIO

04

PROGRAMA DE NECESSIDADES54

4.1. Apresentação do programa 54

4.1.1. Conceito do projeto 55

4.1.2. Tabela de áreas 56

4.1.3. Fluxograma 60

4.2. Viabilidade e agentes de intervenção 60

4.3. Condicionantes legais 61

4.3.1. Catálogo do CRAS 61

4.3.2. Código de edificações de Lajeado 63

4.3.3. NBR 9077/2001 66

4.3.4. NBR 9050/2004 70

05

REFERENCIAIS ARQUITETÔNICOS 77

5.1. Centro Comunitário Rehovot 77

5.2. Sede do IAB/DF e CAU/BR 83

5.3. Vanke Wangjung Garden 90

REFERÊNCIAS94

APÊNDICES 102

INTRODUÇÃO 1

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é entender, apresentar e desenvolver a etapa referente à pesquisa temática a respeito de questões pertinentes à assistência social, importante para formar as bases para o desenvolvimento da segunda etapa denominada Trabalho de Conclusão de Curso II, na qual será produzida a proposta de projeto arquitetônico.

Este estudo apresentará a justificativa de escolha do tema, uma nova sede para o CRAS no bairro Centro, demonstrando a importância de sua implantação no município de Lajeado/RS. Assim, o tema proposto atenderá um público-alvo sujeito a situações de vulnerabilidade social e buscará oferecer um serviço de maior qualidade a essa parcela da população lajeadense.

Em um primeiro momento, no capítulo denominado Tema, serão apresentadas informações pertinentes ao tema de assistência social. Inicialmente será apresentado o contexto histórico em nível nacional, estadual e municipal para buscar o entendimento e a causa de situações de vulnerabilidade social. Também serão apresentados as Políticas Nacionais de Assistência Social que buscam sanar essa problemática da sociedade brasileira.

No segundo capítulo, denominado Área de Intervenção, serão apresentados aspectos relacionados ao terreno de implantação justificando os seus acessos a partir dos principais pontos de referência para o público-alvo. Além disso, será evidenciada a relação entre o terreno escolhido e seu entorno imediato com base nos condicionantes legais a partir da análise do Plano Diretor da cidade de Lajeado, bem como a justificativa de escolha do local para implantação do projeto.

O terceiro capítulo, denominado Programa de Necessidades, apresentará o programa de necessidades do projeto proposto que se divide em nove núcleos que serão explicitados no decorrer da pesquisa. Todos os setores que irão compor o

programa serão desenvolvidos em conformidade com os condicionantes legais relacionados ao tema.

Por fim, o quarto capítulo, denominado Referenciais Arquitetônicos, será destinado a apresentar os referenciais de projeto com análises pertinentes ao zoneamento, forma, implantação e estratégias adotadas que darão embasamento e suporte ao projeto que será desenvolvido na etapa seguinte, o Trabalho de Conclusão de Curso II.

2. TEMA

O tema a ser desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo é uma nova sede para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado no bairro Centro na cidade de Lajeado/RS.

2.1. Apresentação e justificativa do tema

O CRAS, conforme Orientações Técnicas¹, é uma unidade de proteção social básica do SUAS que objetiva prevenir e dar suporte a situações de vulnerabilidade social através de programas, atividades e atendimentos que visam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários - garantindo os direitos de cidadania a todos os seus usuários e beneficiários.

Além disso, os serviços oferecidos pelo CRAS são de caráter preventivo, protetivo e proativo que, em caso de local e equipe compatíveis, podem ser oferecidos diretamente em sua sede. Entretanto, é comum que, em virtude de por vezes não dispor de infraestrutura adequada, tais serviços sejam ofertados em outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos - desde que no mesmo território do CRAS e a ele referenciados.

Desta forma, o CRAS consiste em um equipamento público de assistência social que se enquadra na proteção social básica e configura a principal porta de entrada para as famílias no SUAS (DA CRUZ, 2014).

¹ ORIENTAÇÕES Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1 ed. Brasília, DF. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020

Conforme Ministério da Cidadania², a sede do CRAS deve localizar-se em proximidade das áreas de maior vulnerabilidade social visando uma facilidade de acesso por, prioritariamente, meios de transporte público. Desta forma, tem-se a possibilidade de atingir uma maior quantidade de famílias socialmente vulneráveis.

Entretanto, conforme Entrevistado 01³, apesar de o CRAS Sede Centro de Lajeado possuir uma excelente localização - em proximidade com as principais áreas de vulnerabilidade social e de fácil acesso por meios de transporte público - o fato de ter-se instalado em uma edificação existente que sofreu adaptações, o que comumente acontece nas sedes de CRAS, acaba prejudicando e, por vezes, impossibilitando que o atendimento seja eficiente.

Nesse sentido, percebe-se a falta de locais adequados para oficinas, aulas e atividades com as famílias e grupos específicos - jovens, mulheres, crianças, idosos, bem como infraestrutura para a equipe de funcionários oferecer um atendimento qualificado.

Portanto, a proposta para a nova sede do CRAS no bairro Centro em Lajeado busca suprir esse *déficit* de qualidade e infraestrutura para atender à demanda de famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade social, sejam elas econômicas, educacionais, profissionais e/ou relacionadas a condições dignas de moradia e convivência.

Além disso, os atendimentos a imigrantes e refugiados serão mantidos, assim como na atual sede, tendo um setor específico para essa parcela da população que demandem por um auxílio e acompanhamento durante o período em que estiverem na cidade. Assim, procura-se realizar um trabalho de social de fortalecimento de vínculos e grupos de convivência.

2.2.Contextualização histórica

Para uma melhor compreensão do tema bem como dos conceitos de vulnerabilidade social e programas de assistência social, é necessário reportar ao contexto histórico que trata da origem dessa condição e das práticas assistencialistas

² MINISTÉRIO da Cidadania. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>>. Acesso em: 09 set. 2020.

³ Coordenadora do CRAS – Sede Centro Lajeado/RS. Entrevista em: 05 ago. 2020. Ver apêndice A.

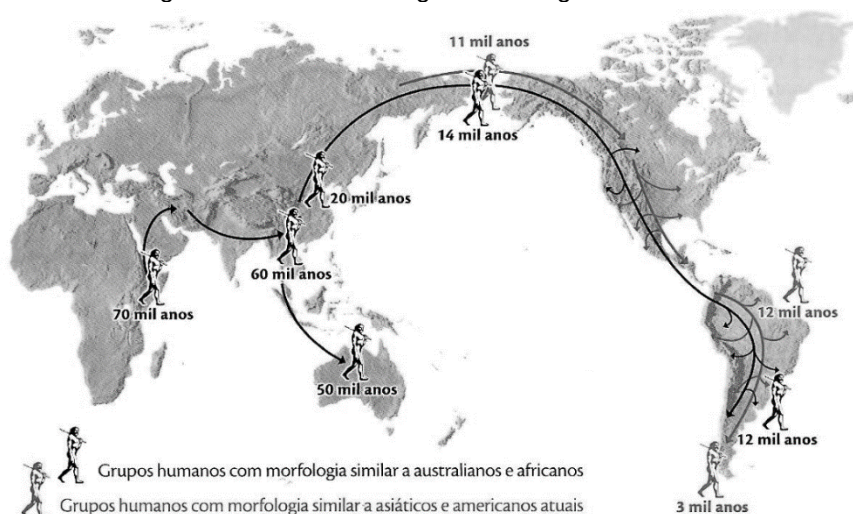
desenvolvidas ao longo dos anos de combate à desigualdade. Além disso, necessita-se conhecer o público-alvo e a demanda pelos serviços oferecidos pelo CRAS tanto em nível municipal quanto à nível estadual e nacional.

2.2.1. O processo de imigração mundial

A história da humanidade caracteriza-se como uma história de migração, visto que o estilo de vida migratório esteve presente em todos os períodos da história mundial. O processo de migração pelo homem sempre é realizado por alguma razão, geralmente para a sobrevivência de um determinado grupo social ou melhora de condições de vida. Como por exemplo, durante a pré-história os primeiros seres humanos migraram em busca de alimentos (ENRICONI, 2017).

Conforme Figura 1, estima-se que a cerca de 12 mil anos atrás os primeiros hominídeos chegaram às Américas. Segundo estudos, estes habitantes pré-colombianos chegaram ao continente a partir de ao menos quatro leva migratórias: três delas pelo Estreito de Bering e uma delas pelo Oceano Atlântico proveniente da Europa (SENE, 2013).

Figura 1. Movimento migratório antigo na América



Fonte: SENE, 2013.

Na história mundial os séculos XIV e XV foram decisivos para uma mudança no padrão migratório, visto que nessa época tiveram início as “grandes navegações”⁴

⁴ Também conhecida como Era dos Descobrimentos, trata-se de um período na história em que os principais países europeus passaram a explorar o globo terrestre em busca de novas conquistas e rotas de comércio.

e que posteriormente resultaram na colonização de novos países com intuito de conquistá-los e extrair riquezas. Além disso, com as conquistas dessas novas terras, iniciou-se um novo modelo de migração forçado: o tráfico de escravos - tendo como origem principal o continente africano (ENRICONI, 2017).

Com a abolição da escravatura, no século XIX, teve-se início um novo modelo de migração, porém também estava relacionada ao trabalho. Muitos europeus - em sua maioria italianos e alemães migraram para as colônias em busca de novas oportunidades de trabalho e de vida. No decorrer do século XX houve uma inversão no sentido migratório, o qual passou a ser de indivíduos de países subdesenvolvidos para países desenvolvidos, países da Europa e principalmente Estados Unidos e Canadá (ENRICONI, 2017).

Inicialmente esse processo migratório foi bem visto pelos países desenvolvidos por encontrarem nessa população uma mão de obra barata para tarefas mais pesadas. Entretanto, com o passar dos anos houve uma grande mecanização dos processos produtivos fazendo com essa mão de obra desqualificada fosse perdendo sua importância e necessidade. Desta forma, os imigrantes acabaram perdendo seus empregos o que resultou em um aumento dos problemas sociais - desemprego, fome, violência. (SILVA, 2020).

Com a Revolução Industrial⁵ houve a ascensão do trabalho por máquinas substituindo em grande quantidade os trabalhos artesanais. Sendo desenvolvido principalmente nos países mais desenvolvidos, a utilização do maquinário acabou resultando em uma alta taxa de desemprego o que contribuiu para o aumento dos problemas sociais (ENRICONI, 2017).

Devido a tais problemas sociais, houve um grande processo de migração para o “novo mundo”, com destaque para os Estados Unidos, que foi um dos primeiros países a implantar critérios para entrada seu território, com o Estatuto Geral da Imigração, em 1882 (ENRICONI, 2017).

Outro fator que contribuiu para o aumento do processo de migração nas últimas décadas foi a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), visto que com seu término

⁵ A Revolução Industrial foi um processo de transição e substituição do trabalho artesanal por um trabalho desenvolvido a partir do uso de maquinários nos séculos XVIII e XIX.

houve um aumento no número de refugiados em virtude das perseguições que alguns grupos populacionais passaram a sofrer (ENRICONI, 2017).

Nos últimos anos a chamada Primavera Árabe contribui para o aumento de imigrantes refugiados nos países desenvolvidos, visto que a população do norte da África e Oriente Médio acaba deixando seu país de origem para fugir de conflitos internos, perseguições políticas, ações de grupos terroristas e violação dos direitos humanos. Estima-se que mais da metade do fluxo anual de refugiados são sírios, visto que seu país está em constante conflito interno desde 2011 (MERELES, 2018).

2.2.2. Imigração no Brasil

A história da imigração no Brasil inicia-se por volta de 1530 quando os portugueses organizaram um sistema de ocupação para exploração das terras. Esse processo foi acelerado no ano de 1534 quando as terras passaram a ser divididas em capitanias hereditárias - destacando-se São Vicente e Pernambuco (VASCONCELOS, 2019).

Com a criação do governo-geral em 1549, o processo de imigração no Brasil se acentuou com muitos portugueses com destino à Bahia. O movimento permaneceu estável até o século XVIII, quando os imigrantes passaram a ter como destino a região de Minas Gerais em busca de ouro e diamantes. Além disso, nesta mesma época registrou um novo movimento migratório de açorianos com destino para a região sul - Rio Grande do Sul e Santa Catarina (ESCOLA, 2020).

No período colonial a legislação portuguesa proibia a entrada de estrangeiros no Brasil, entretanto registrou-se um fluxo migratório proveniente da Espanha entre os anos de 1580 e 1640, período no qual as duas coroas estiveram unidas. Além disso, em decorrência do tráfico negreiro, registrou-se uma imigração forçada do povo africano para servirem como escravos - estima-se que cerca de 4 milhões de negros foram trazidos ao país (ESCOLA, 2020).

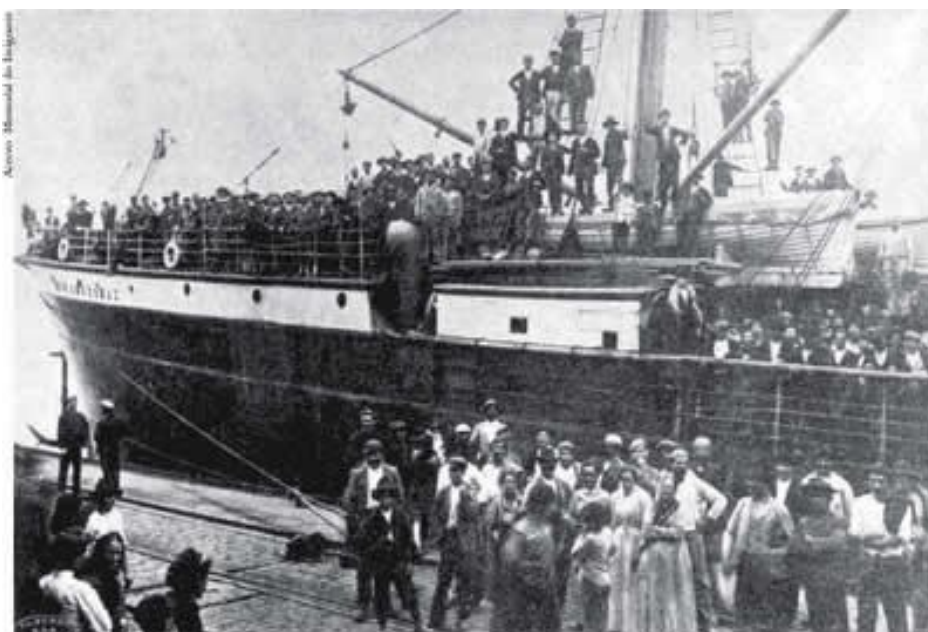
Entretanto, no período anterior à independência do Brasil, todos os indivíduos que entraram no território, com exceção dos negros escravizados, eram considerados colonizadores e esse termo somente modificou-se após o ano de 1822 - ano da independência brasileira - quando qualquer pessoa de outra nacionalidade a entrar no Brasil passou a ser considerada como imigrante (MEJIA; SIMON, 2015).

A partir dos anos de 1850, com o fim do tráfico negreiro, o país passou um período de progresso em relação a extinção da escravidão. Dentre as medidas adotadas, a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea representaram mudanças mais significativas para a população negra. A promulgação da Lei Áurea em 1888 fez com que o trabalho escravo fosse extinguido no Brasil ocasionando um dos períodos de maior imigração de europeus em busca de novas oportunidades de trabalho e de vida (ESCOLA, 2020).

Além disso, os imigrantes alemães receberam incentivos por parte do governo, uma vez que a partir do processo de Unificação Alemã, muitos camponeses perderam suas terras e vieram ao Brasil um novo começo para suas vidas. Desta forma, dirigiam-se para a região sul e região serrana do Rio de Janeiro, na busca de terras para cultivo (BEZERRA, 2020).

Houve também incentivo aos imigrantes italianos, os quais recebiam as passagens em navios pagas além da promessa de terras e trabalho. Nestes moldes surgiram as cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, na região sul do Brasil (BEZERRA, 2020).

Figura 2: Desembarque de imigrantes no porto de Santos em 1907



Fonte: estudopratico.com.br⁶

⁶ Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/imigracao-alema-para-o-brasil/>>. Acesso em: 26 set. 2020

A partir de 1908 os imigrantes japoneses deram entrada no Brasil, estabelecendo-se, em sua maioria, no estado de São Paulo para trabalhar nas lavouras de café - inovando as técnicas de cultivo através de sua cultura (BEZERRA, 2020).

Na década de 1980, apesar da vigência do Estatuto Autoritário do Estrangeiro (Lei 6.815/80), o Brasil passou a adotar uma postura de acolhimento aos imigrantes, refugiados e deslocados. Essa mudança baseia-se na filosofia da Constituição Federal de 1988 com princípios dos direitos humanos tanto aos cidadãos brasileiros quanto aos imigrantes (ZAMBERLAM, 2014).

Nos últimos anos percebe-se uma nova corrente migratória no Brasil proveniente, principalmente, do Haiti, Colômbia e Venezuela. Conforme informações do Relatório Anual do Observatório de Migrações Internacionais de 2019, estes países estão entre as principais nacionalidades de imigrantes no Brasil no ano de 2018.

Para regulamentar e oferecer amparo a essa parcela da população, em 2017 foi aprovada a nova Lei da Migração, a qual garante aos imigrantes os mesmos direitos de um cidadão brasileiro. Desta forma, a lei tem como objetivo auxiliar na regularização migratória, além de não permitir a prisão de imigrantes em estado de irregularidade - não regulamentados junto à Polícia Federal (MORAIS, 2018).

2.2.3. Imigração no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul inicialmente era habitado pelos grupos indígenas Jê, Pampeano e Guarani que viviam basicamente da caça, pesca e da agricultura rudimentar. Durante o período colonial esses povos acabaram sendo dominados pelos colonizadores lusos e espanhóis que estavam à procura de mão de obra escrava para as principais áreas de cultivo no centro do país (FLORES, 1988).

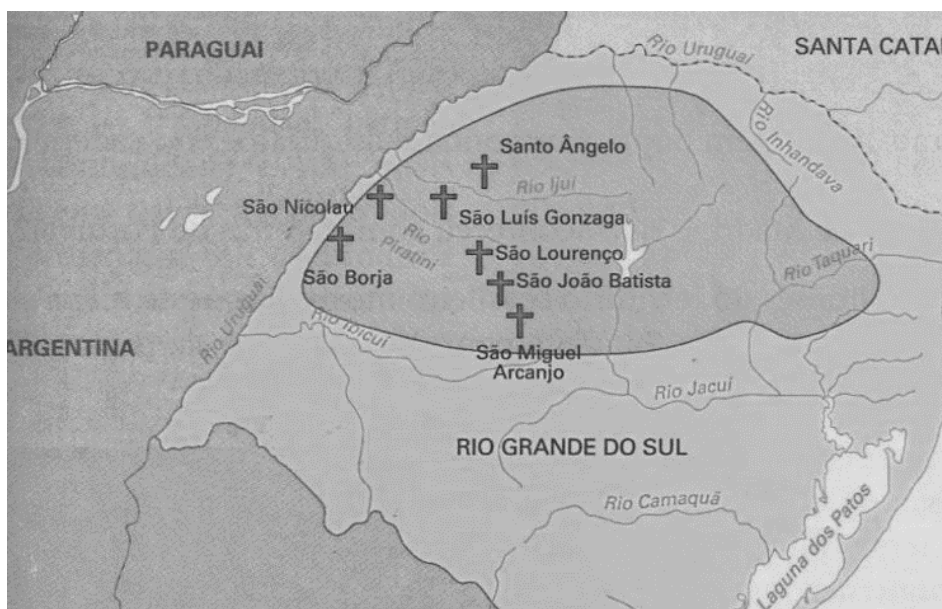
Inicialmente a região sul do Brasil estava a domínio da coroa espanhola em virtude da assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494) o qual delimitava as áreas descobertas e por descobrir na América entre o Reino de Portugal e Espanha. Entretanto, com a União das Coroas Ibéricas (1580-1640) houve um avanço dos colonizadores em direção à região sul visto que, durante este período, o meridiano de Tordesilhas não vigorava (FLORES, 1988).

Após o período de união, grande parte do território sul brasileiro permaneceu à domínio espanhol, contudo, com a descoberta de minas de ouro em Curitiba e

Paranaguá, o reino português incentivou o plano de avanço para alargar as fronteiras até o Rio da Prata. Essa ocupação resultou na fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento com objetivo de estabelecer uma base e criar um porto de livre comércio junto ao rio (FLORES, 1988).

Em resposta ao avanço português, a coroa espanhola ordenou a fundação de povoados a partir do Rio Uruguai, conforme Figura 3, com o objetivo de ocupar as terras da região sul. Assim, iniciou-se as reduções jesuíticas, compostas por padres jesuítas e índios guaranis, intitulada de Os Sete Povos (FLORES, 1988).

Figura 3: Os sete Povos da Missões: povoamento



Fonte: portaldasmissoes.com.br

Os Sete Povos possuíam administração própria e incentivavam as práticas agrícolas e pastoris. Ao mesmo tempo, esses povoados incumbiam-se de proteger os povoados hispânicos do avanço português além de abastecer os espanhóis de couro e erva-mate (MAESTRI, 2010).

No ano de 1725, houve uma expedição luso-brasileira em direção à Sacramento a fim de proteger o território além de organizar e facilitar o cultivo de agricultura e pecuária do local. Com a chegada ao destino, a frota estabeleceu currais e deu início ao primeiro movimento luso-brasileiro de povoamento territorial à região sul do Brasil (MAESTRI, 2010).

Posteriormente à Independência do Brasil (1822), no ano de 1824 ocorreram os primeiros registros da imigração de povos germânicos que, com o avanço da implementação de maquinário no setor de produção (Revolução Industrial), buscavam

uma nova fonte de trabalho e perspectiva de vida, visto que a Europa estava convivendo com os problemas sociais relacionados ao desemprego e à fome (SOBRINHO, 2014).

Anos mais tarde, com a promulgação da Lei Áurea (1888), o governo brasileiro passou a incentivar ainda mais a imigração dos povos europeus com o intuito de substituir a mão de obra escrava extinta e promover um processo de branqueamento da população. Desta forma, imigrantes alemães, italianos e açorianos recebiam incentivos de lotes de terras, ferramentas, animais e sementes para facilitar o assentamento nas terras do sul do Brasil (HERÉDIA, 2001).

Ao final do século XIX, registrou-se a chegada dos colonos da Itália e Alemanha. Os italianos partiram das regiões da Lombardia, Vêneto e Tirol e, concomitantemente aos alemães, instalaram-se no Vale do Taquari, Vale do Caí e Serra Gaúcha (PETTER, 2020).

A partir da década de 1930 percebe-se uma mudança na tipologia migratória, dando origem a um processo de êxodo rural com o intuito de fomentar a industrialização dos crescentes centros urbanos. Já nos anos de 1980 os movimentos migratórios são considerados urbanos-urbanos através do fluxo do excedente populacional (BEANINGER, 2012).

2.2.4. Histórico da cidade de Lajeado

O povoamento da região do Vale do Taquari teve seu início por volta de 1760 com a chegada e fixação de 14 casais açorianos na cidade de Taquari. Entretanto, o primeiro registro da região de Lajeado e Estrela é de 1800, quando os irmãos João e José Inácio Teixeira receberam sesmarias divididas em fazendas - dentre elas Carneiros ou Lajeado e dos Conventos. Posteriormente, essas terras foram subdivididas e vendidas aos imigrantes alemães e italianos que vieram estabelecer-se na região (LAJEADO, 2020. Texto digital).

A primeira denominação de Lajeado que se tem registro foi Fazenda dos Conventos e em 1853 as terras foram compradas pela Companhia Batista Fialho e divididas em lotes para serem vendidas aos descendentes dos imigrantes que colonizaram a região. O povoamento da cidade teve seu início no ano de 1862 com a construção do Engenho, após Antônio Fialho de Vargas fundar a Colônia dos Conventos (LAJEADO, 2020. Texto digital).

Com a crescente atividade portuária, o povoado instalou-se junto à margem direita do Rio Taquari e no ano de 1891 foi empossado o primeiro intendente Frederico Henrique Jaeger, dando origem ao município de Lajeado após desmembrar-se do município de Estrela, às margens opostas do Rio Taquari (LAJEADO, 2020. Texto digital).

Neste período, o tecido urbano se configurava com um traçado ortogonal definido a partir de dois eixos - um deles paralelo ao Rio Taquari, abrigando funções portuárias e outro, perpendicular ao primeiro, na divisa entre os Arroios do Engenho e Encantado, abrigando as atividades de serviços voltados ao abastecimento da população (LAJEADO, 2020. Texto digital).

Nos anos seguintes, entre 1900 e 1949, a cidade sofreu modificações em sua densidade demográfica, a qual apresentou crescimento a uma taxa de 5% ao ano. Concomitantemente, além de abrigar esse contingente populacional, o município passou a oferecer serviços relacionados ao setor industrial, o que acabou estimulando o transporte rodoviário devido à facilidade de acessos e desestimulando o serviço de navegação (LAJEADO, 2020. Texto digital).

Além disso, a cidade passou a apresentar crescimento em seu núcleo urbano através de um crescimento periférico e contínuo ao norte, induzido pelas rodovias e favorecido pela topografia - uma vez que as áreas próximas ao Rio Taquari eram atingidas por cheias em épocas de chuvas (LAJEADO, 2020. Texto digital).

Figura 4: Ocupação de Lajeado, do Rio Taquari à rodovia



Fonte: prati.com.br

No período entre 1950 e 1969 Lajeado ainda apresentava sua economia voltada ao setor primário. No entanto, uma importante implantação contribuiu para o

desenvolvimento da cidade - a implantação da rodovia BR-386. Assim o município passou a ligar a capital gaúcha Porto Alegre à região nordeste do estado. Posteriormente a BR-386 ficou conhecida como a “Estrada da Produção” (LAJEADO, 2020. Texto digital).

Consequentemente o eixo principal de crescimento urbano Norte/Sul teve sua direção invertida para Leste/Oeste devido à implantação da BR-386 que atravessou a cidade. Enquanto o eixo Leste caracterizava-se pelo setor de comércio e serviço (varejista) o eixo Oeste responsabilizava-se pelas atividades industriais, comércio e prestação de serviço de apoio ao transporte rodoviário (LAJEADO, 2020. Texto digital).

Concomitantemente, a implantação da rodovia acabou gerando uma especulação imobiliária no sítio urbano. No entanto, por cruzar a cidade, a rodovia se configurou como uma barreira física transformando o setor norte em uma ocupação de população de baixa renda - criando áreas marginalizadas na região (LAJEADO, 2020. Texto digital).

Na década de 1970, a ocupação permanece contínua à mancha urbana já consolidada. No entanto, implantam-se alguns loteamentos sem garantir essa continuidade – o que acabou contribuindo para o aumento da especulação imobiliária - caso da vila Santo Antônio, ao sul e do bairro Montanha, ao oeste (LAJEADO, 2020. Texto digital).

A década de 1980 foi marcada pela ampliação do processo de criação de “novas localidades” cada vez mais distante do centro urbano. Esse crescimento gerou e agravou os problemas de infraestrutura por parte do poder público, uma vez que o município precisou suprir esse déficit para população das parcelas distantes e com baixa densidade de ocupação (LAJEADO, 2020. Texto digital).

Já nos anos de 1990 observa-se o crescimento de “novas localizações” assim como na década anterior. Entretanto a diferença está na direção que, nos anos anteriores eram no sentido oeste, passa a ocorrer no sentido sudoeste em função da expansão do perímetro urbano do município (LAJEADO, 2020. Texto digital).

2.2.5. Relação entre imigrante e refugiado

Apesar de haver similaridades entre os imigrantes e refugiados, visto que ambos deixam seu país em busca de novas oportunidades de trabalho e de vida, as

razões pelas quais partem em um movimento de migração são completamente diferentes e devem ser esclarecidas.

O termo imigrante refere-se a pessoas que se deslocam a partir de uma iniciativa voluntária com o intuito de estabelecer-se por algum tempo em um país considerado de estado de acolhida. Os motivos que os levam a deixar seu país de origem, geralmente, relacionam-se com aspectos econômicos em que buscam uma oportunidade de melhorar sua vida e de seus familiares (ENRICONI, 2017).

Já o termo refugiado, frequentemente é confundido com o asilo político, visto que ambos se relacionam com o fato de o indivíduo estar envolvido com perseguição política. Entretanto, o refúgio pode estar relacionado aos mais diferentes motivos, tais como: perseguição étnica, religiosa e atritos entre grupos sociais (ENRICONI, 2017).

2.2.6. Imigração haitiana em Lajeado/RS

A história da ocupação da cidade de Lajeado caracteriza-se pela presença de imigrantes que desenvolveram suas atividades em proximidade com o Rio Taquari. A chegada do povo estrangeiro ainda se faz presente atualmente, entretanto de origens diversas às primeiras ocupações do município.

No ano de 2010, um terremoto de magnitude 7.0 no Haiti ocasionou um colapso do sistema produtivo do país. Devido a isso, a economia da região que já apresentava dificuldades desestabilizou-se ainda mais, resultando em um aumento no percentual de população abaixo da linha da pobreza. Concomitantemente, a carência dos serviços básicos de saúde, habitação e infraestrutura contribuíram para o processo de diáspora contemporânea, na qual cerca de 30% da população emigra a países vizinhos em busca de novas oportunidades de vida, dentre eles o Brasil (SPINELLI; et al, 2017).

O Rio Grande do Sul apresenta-se como um dos estados com maior número de imigrantes haitianos que buscam novas oportunidades, principalmente, nas regiões da capital Porto Alegre, serra gaúcha e Vale do Taquari, em virtude do perfil das atividades produtivas. Na região do Vale do Taquari, Lajeado apresenta grande concentração de haitianos devido às atividades frigoríficas que aumentaram sua oferta de emprego entre os anos de 2011 e 2015. Todavia, com a recessão econômica dos últimos anos, os trabalhadores estrangeiros foram um dos mais atingidos, resultando

em uma taxa de desemprego de aproximadamente 15% dos imigrantes haitianos no município (SPINELLI; et al, 2017).

Figura 5: Imigrantes exercendo o trabalho informal nas ruas de Lajeado



Fonte: grupoahora.net.br

Na cidade, os imigrantes escolhem a área do centro histórico para moradia, devido à proximidade com equipamentos de apoio a suas necessidades, tais como a Igreja Evangélica Haitiana, a atual sede do CRAS e casa de câmbio. Além disso, o Parque Professor Theobaldo Dick, conhecido como Parque dos Dick, destaca-se como um importante equipamento de ligação entre o bairro Centro e o bairro Moinhos, onde localizam-se as principais indústrias que empregam haitianos na região (SPINELLI; et al, 2017).

Conforme Entrevistado 01⁷, a maior dificuldade encontrada pelos imigrantes relaciona-se com o aprendizado da língua portuguesa, resultando em dificuldades para encontrar emprego e aumento no número de trabalhadores ambulantes na região do centro, que buscam melhorar suas condições de vida através do trabalho informal.

Em combate à dificuldade da língua, a Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, desenvolveu o projeto de extensão Veredas da Linguagem, inserido no Programa de Extensão Arte, Estética e Linguagem, que visa o ensino do português e

⁷ Coordenadora do CRAS – Sede Centro Lajeado/RS. Entrevista em: 05 ago. 2020. Ver apêndice A.

auxílio para tarefas de encaminhamentos de atendimentos do dia a dia dos imigrantes (PETTER, 2020).

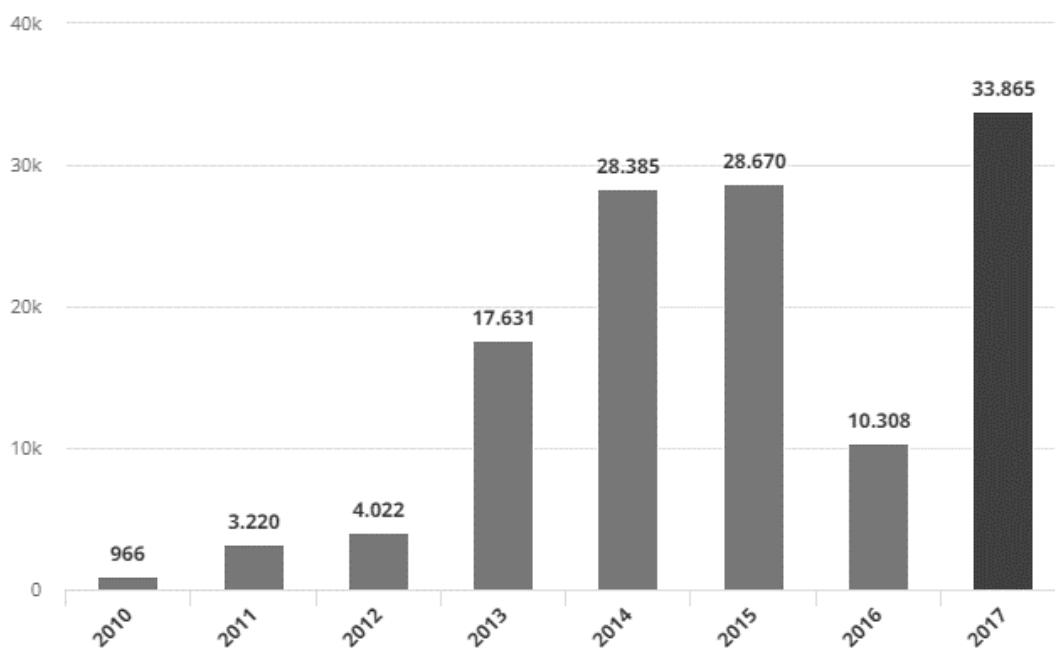
2.2.7. Lei do Refúgio – Lei 9.474/1997

A Lei do Refúgio (Lei 9.474/1997) resultou do Programa Nacional de Direitos Humanos de 1996 no qual o Governo brasileiro demonstrou interesse em participar da ordem internacional de proteção humana (JUBILUT, 2006).

Conforme o previsto em seu art. 7º, o refugiado pode abrir o processo de regularização a qualquer momento ficando garantido o direito à identidade civil, carteira de trabalho e documentação de viagem. Assim, a lei garante que o refugiado não seja deportado para o seu país de origem no qual houve violação dos direitos humanos.

Art. 7º O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.

Figura 6: Número de solicitações de refúgio por ano no Brasil



Fonte: Ministério da Justiça

A Lei do Refúgio apresentou importantes avanços no tratamento de solicitações de refúgio no Brasil devido o aumento do número de solicitações, conforme Figura 6Figura 6: Número de solicitações de refúgio por ano no Brasil, e serve de inspiração para diferentes países, visto que, segundo a ONU, trata-se de uma das leis mais generosas e inovadoras do mundo (PETTER, 2020).

2.2.8. Lei de Migração – Lei 13.445/2017

Em 2017, o senador Aloysio Nunes Ferreira sancionou a nova Lei da Migração que passou a garantir aos imigrantes, em condição de igualdade com os brasileiros, o direito à vida, liberdade, igualdade e segurança (PETTER, 2020).

A nova lei passa a substituir o antigo Estatuto do Estrangeiro que vigorava no país desde 1980, ainda durante o período militar (1964-1984) e transforma o modo como o imigrante passa a ser visto no Brasil, deixando de ser considerado uma ameaça à segurança nacional (PETTER, 2020).

Além de dar garantias de direitos humanos aos imigrantes, a nova lei proíbe a criminalização pelo fato de o cidadão não estar devidamente regularizado no país. Nesse contexto, o processo de uma eventual deportação só pode ser iniciado se precedido por uma notificação e prazo estabelecido para regularização (BATISTA; BONINI, 2017).

Art. 3º. A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

- I – universalidade, indivisibilidade, e interdependência dos direitos humanos;
 - II – repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
 - III – não criminalização da migração;
 - IV – não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
 - V – promoção de entrada regular e de regularização documental;
 - VI – acolhida humanitária;
 - VII – desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;
 - VIII – garantia do direito à reunião familiar;
 - IX – igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;
 - X – inclusão social, labora e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;
 - (...)
- (Lei nº 13.445/2017 – Lei de Migração)

Portanto, a lei brasileira visa estabelecer um convívio harmônico entre diferentes etnias e busca transmitir ao imigrante o sentimento de pertencimento à sociedade brasileira, trazendo e evidenciando direitos de caráter inclusivo (BATISTA; BONINI, 2017).

2.3. Perfil da população carente no Brasil

Com o foco no atendimento à população socialmente vulnerável, o CRAS realiza o trabalho de auxílio e inclusão da população carente junto à sociedade na qual estão inseridas. Entre os principais fatores contribuintes para a situação de vulnerabilidade destacam-se: a pobreza, a baixa escolaridade, o trabalho informal e o desemprego, a precariedade de moradias, a dificuldade de circulação pela cidade e a violência (PEREIRA, 2013).

2.3.1. Pobreza

Caracterizada como uma das principais causas da fragilidade social, a baixa renda ou, por vezes, nula, evidencia a desigualdade presente na sociedade brasileira, uma vez que, apesar de figurar como um dos maiores Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, o país apresenta grande dificuldade na distribuição das riquezas socialmente produzidas (HENRIQUES, 2003).

Para combater essa realidade, o governo brasileiro desenvolveu o Programa Bolsa Família (PBF)⁸ que, vigorando a partir do ano de 2004, serve de auxílio para as famílias carentes e configura-se como um recurso imprescindível de garantia de sobrevivência, por vezes sendo a única fonte de recurso para algumas famílias (PEREIRA, 2013).

Entretanto, apesar das políticas públicas de assistência social apresentarem resultados satisfatórios, sobretudo na aplicação do PBF, conforme levantamento do IBGE pela Síntese de Indicadores Sociais 2017 – SIS 2017, cerca de 50 milhões de

⁸ Previsto na Lei Federal nº 10.836/2004, o Programa Bolsa Família foi desenvolvido para combater à pobreza e à desigualdade através de três eixos: complemento de renda, acesso a direitos e articulações com outras políticas sociais (MDS, 2004).

brasileiros vivem abaixo ou na linha e pobreza⁹, equivalendo a cerca de 25% da população nacional.

2.3.2. Baixa escolaridade

Prática comum entre a população carente, a evasão escolar tem ocorrido em virtude da falta de materiais e condições dos estudantes, que geralmente buscam emprego em detrimento do ensino escolar visando garantir seu próprio sustento (PEREIRA, 2013).

A enorme heterogeneidade entre os níveis de escolaridade dos indivíduos representa a principal fonte da desigualdade salarial brasileira. Nas condições atuais, o mercado de trabalho brasileiro não é, de forma preponderante, gerador de desigualdade, mas apenas revela uma desigualdade anterior, a desigualdade educacional. Além dela, nosso nível de escolaridade, relativamente à experiência internacional, é muito baixo (HENRIQUES, 2003, p. 67).

Conforme previsto no art. 6º e art. 205 da CRFB, a educação é um direito social de todos e é dever do Estado, da família e da sociedade incentivar o estudo para desenvolvimento pessoal e conseqüentemente preparo e qualificação para o mercado de trabalho.

Entretanto, apesar da política pública de incentivo aos estudos, em virtude de diferentes realidades regionais e sociais, percebe-se a dificuldade do cumprimento desse direito pela população, existindo uma lacuna entre o direito previsto na constituição e a prática adotada pelos cidadãos (SOUZA; LIMA, 2017).

2.3.3. Trabalho informal e desemprego

A busca pelo emprego como fontes de renda, em populações carente, geralmente inicia-se muito cedo, visto que o jovem deve, por vezes, prover o seu sustento e/ou auxiliar no sustento de sua família. No entanto, devido a falta do desenvolvimento escolar presente na maioria dos casos, o emprego geralmente se dá no mercado informal com desvalorização e exploração ou, em alguns casos, de forma

⁹ Renda familiar equivalente a US\$5,50 por dia, conforme valor adotado pelo Banco Mundial para definição da pobreza de uma pessoa.

autônoma. Além disso, comumente encontram-se famílias em situações de desempregos e que sua renda depende, exclusivamente, de recursos provenientes do PBF (PEREIRA, 2013).

As condições enfrentadas pela população em situação de rua exemplificam muito bem a situação exposta. A perda do emprego, a precarização das relações informais de trabalho, a instabilidade econômica e a inadequação aos sistemas de proteção social incitam a perda da sua identidade produtiva e pessoal (CERQUEIRA, 2011).

Com a perda do emprego o indivíduo encontra-se ainda mais isolado uma vez que com a ausência de renda e o agravamento das condições de pobreza, o processo de ressocialização torna-se mais complexo. Ainda, não se percebe um processo qualificado de tentativa e incentivo de reinserção no mercado de trabalho por parte do poder público, o que demonstra a fragilidade do sistema socioassistencial brasileiro (CERQUEIRA, 2011).

2.3.4. Habitação precária

A situação residencial possui grande impacto pois, ao apresentar adversidades de moradia, dificulta-se a organização e o desenvolvimento de trabalhos e práticas socioassistenciais por parte do poder público (PEREIRA, 2013).

As condições de moradia não estão somente relacionadas às condições da edificação, mas também ao saneamento básico, infraestrutura pública e meio ambiente. Assim, deve-se considerar as políticas urbanas diretamente associadas ao direito à moradia digna, conforme art. 21 da Constituição Federal que estabelece que compete à União “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos” (SOUZA; LIMA, 2017).

Já em seu art. 23, a Constituição estabelece que compete à União, Estados e Municípios “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (BRASIL, 1988).

No entanto, ao longo das últimas décadas percebeu-se um aumento considerável de residências nas periferias municipais, as quais não dispõem de condições adequadas de infraestrutura urbana e localizando-se, geralmente, em morros ou com acesso precário por transporte público (CERQUEIRA, 2011).

Esse crescimento deu-se em virtude de a periferia geralmente apresentar terrenos em localizações de especulação imobiliária, nas quais vendiam-se os primeiros lotes a valores acessíveis para atrair a população, dando origem a diversas soluções de habitação de baixo custo (BONDUKI, 1998).

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, o governo passou a investir em energias, rodovias, saneamento e habitação. Assim, com o incentivo de infraestrutura, cresceu a oferta de conjuntos habitacionais, ainda em áreas deslocadas em relação aos centros urbanos, todavia com significativa melhora nas condições básicas de habitação (BONDUKI, 2008).

No entanto, conforme Entrevistado 01¹⁰, apesar dos incentivos e programas de auxílio habitacional, muitas famílias optam por permanecer em suas residências precárias, por vezes localizadas em áreas sujeitas à enchentes em épocas de cheias, pelo fato de considerarem-se parte da comunidade local e desenvolverem o sentimento de pertencimento, a residir em um conjunto habitacional em outra parte da cidade, comumente distante do centro urbano.

2.3.5. Violência

A presença da violência é constante na maioria das periferias brasileiras, sejam elas diretas, como crimes, ou indiretas, como tráfico e uso de drogas. Os moradores são constantemente flertados por esse problema social o qual as autoridades não exercem controle (PEREIRA, 2013).

A desigualdade de gênero também tem se manifestado nas práticas violentas da população carente nas quais, muitas vezes, a relação entre as mulheres das famílias e seus parceiros é baseada na submissão, geralmente ocasionada pelo fato de dependerem financeiramente por possuírem empregos poucos qualificados e mal remunerados (MARTIN; QUIRINO; MARI, 2007).

Essa violência doméstica, bastante citada na bibliografia, deve ser entendida como o resultado das relações de poder entre homens e mulheres. É visível a desigualdade que há entre eles, onde o masculino é quem determina qual é o papel

¹⁰ Coordenadora do CRAS – Sede Centro Lajeado/RS. Entrevista em: 05 ago. 2020. Ver apêndice A.

feminino, porém, esta determinação é social e não biológica (MARTIN, QUIRINO; MARI, 2007).

Assim, a violência doméstica pode estar diretamente ligada ao desenvolvimento de transtornos mentais e à depressão que acabam refletindo nas demais atividades exercidas, como por exemplo, o trabalho e o convívio entre pais e filhos. Essa relação familiar desgastada pode acarretar práticas abusivas ainda mais graves entre os jovens e adultos, como abusos físicos e sexuais (PEREIRA, 2013).

2.4. Histórico da política de assistência social no Brasil

Ao analisar o histórico da política de assistência social, tanto no Brasil quanto no mundo, percebe-se que suas origens estão relacionadas às atividades de caridade filantrópica e, por vezes, na solidariedade religiosa. Entretanto, tinha-se a visão de que os atendidos por esse sistema estavam sendo favorecidos através de auxílios aos pobres e necessitados, uma vez que não havia uma determinação legal que os garantisse tais direitos (SANTANA; et al, 2013).

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é, antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal ou uma fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à assistência social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre (OLIVEIRA, 2005, p. 25).

Durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 526, foi instituído o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS que possuía como objetivo elaborar inquéritos sociais, analisar e regulamentar as entidades sociais, além de promover e avaliar as demandas dos desfavorecidos (CARVALHO, 2008).

Ainda na Era Vargas, no ano de 1942 o Brasil ingressou na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No mesmo ano, a primeira-dama brasileira, Darcy Vargas, fundou a Legião Brasileira de Assistência – LBA que visava oferecer apoio aos soldados e seus familiares. A LBA foi um marco para o início da assistência social no

Brasil e manteve-se por muitas décadas como o principal órgão estatal de enfrentamento e combate à pobreza (BARBOSA, 2017).

Percebe-se que, até a década de 1980, a assistência social não era prevista como direito constitucional e caracterizava-se como prática clientelista, na qual o acesso dos usuários aos serviços e bens dava-se por relações pessoais entre eles e os representantes do poder público. Portanto, os necessitados passavam a dever favores aos políticos através de fidelidade e lealdade em momentos eleitorais (OLIVEIRA, 2005).

O ano de 1988 marcou um significativo avanço na relação entre os direitos sociais e o povo brasileiro. Com a promulgação da Constituição Federal o brasileiro passou a ser tratado como cidadão possuidor de direitos, dentre eles o direito à Seguridade Social (SANTANA; et al, 2013).

Nós representamos o povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Preâmbulo).

Por conseguinte, com a promulgação da CRFB a assistência aos necessitados passa a ser definida como direito social e não mais como forma de caridade ou solidariedade além de compor o sistema de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social (DANTAS, 2016).

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

(Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

2.4.1. Programas de assistência social

Os anos seguintes à promulgação da CRFB marcaram-se por constantes debates para regulamentação dos direitos prenunciados em 1988. Em consequência, no ano de 1993 aprovou-se a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS que objetivava regulamentar e organizar o disposto nos arts. 203 e 204 da Constituição (CARVALHO, 2008).

Art. 1º. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
(Lei Orgânica da Assistência Social, 1993).

A referida Lei Orgânica também possui o objetivo de estabelecer as competências da União, Estados Distrito Federal e municípios em respeito ao tema proposto. O governo federal detém o dever de articular a unidade nacional, criando normas gerais além de garantir financiamentos e execução dos benefícios à população. Já ao governo estadual compete participar do financiamento de auxílios de natalidade e funeral além de prover ações de caráter emergencial. Aos municípios e Distrito Federal compete garantir o custeio e implementação de benefícios, implementar projetos de enfrentamento à pobreza, prestar atendimento e acompanhamento a situações emergenciais e serviços previstos pela LOAS (CARVALHO, 2008).

Além de regulamentar, a LOAS transformou a definição de assistência social no Brasil, focando suas diretrizes no atendimento e acompanhamento de situações de vulnerabilidade social, desemprego e pobreza. Ainda, com a aprovação da LOAS instituiu-se o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS como instância máxima de disposição e controle social em nível federal (SANTANA; et al, 2013).

O CNAS caracteriza-se como um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e dentre as suas competências, deve promover a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, normatizar e regulamentar a prestação de serviços de caráter social, sejam eles de domínio

público ou privado, acompanhar e avaliar a gestão de recursos além de fiscalizar entidades e organizações sociais (SANTANA; et al, 2013).

A PNAS consiste em um documento aprovado e publicado em 2004 que possui como objetivo normatizar as ações de assistência social e promover a defesa e interesses da população em condição de vulnerabilidade ou risco. Além disso, a ela compete a promoção de ações de prevenção, proteção e inserção garantindo ao cidadão os direitos e segurança previstas na CRFB (SANTANA; et al, 2013).

Com sua publicação, a PNAS aponta suas diretrizes para a efetivação dos direitos de cidadania e de responsabilidade do Governo através de uma política apoiada em um modelo de gestão compartilhada entre as instâncias governamentais brasileiras – federal, estadual e municipal (COUTO; et al, 2017).

À PNAS seguiu-se com o processo de normatização nacional do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que recebeu aprovação pelo CNAS em 2005. Ao SUAS compete o dever articular em todo o território nacional as responsabilidades, vínculos e hierarquias dos serviços, benefícios e ações, que podem ser de caráter permanente, eventual ou emergencial (COUTO; et al, 2017).

O SUAS resulta de um acordo federativo entre as três instâncias governamentais e que visa promover uma gestão descentralizada de proteção social, de defesas de direitos e de vigilância social, classificada de acordo com sua complexidade e peculiaridades regionais (SANTANA; et al, 2013).

Nesse sentido, a implantação da PNAS e do SUAS libera, regulamenta e incentiva forças políticas a favor dos direitos de cidadania previstos na CRFB. Entretanto, apesar do engajamento governamental e embasamento legal, percebe-se a existência de um *déficit* na efetivação dessas políticas sociais, principalmente no que se refere aos princípios previstos na lei de universalidade, respeito, igualdade de direito, divulgação de benefícios, serviços, programas e projetos (SANTANA; et al, 2013).

2.5. Relação entre CRAS e CREAS

Conforme Tabela 1 e o disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, enquanto o CRAS objetiva a prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidade, o CREAS possui como objetivo realizar o atendimento e

trabalho social junto às famílias após a violação dos direitos básicos (MEDEIROS, 2018).

Tabela 1: Atribuições do CRAS e do CREAS

	CRAS	CREAS
Descrição	Busca prevenir a ocorrência de situações de risco, antes que estas aconteçam, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.	Oferece apoio e orientação especializados a indivíduos e famílias vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais.
Público alvo	Famílias e indivíduos em situação grave desproteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, e usuários de programas de transferência de renda: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada(BPC), Programa de Capacitação para o Trabalho, entre outros.	Trabalha com pessoas em que o risco já se instalou, tendo seus direitos violados, sendo vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaças, maus tratos e discriminações sociais.

Fonte: gesuas.com.br¹¹

O acesso das famílias junto ao CREAS pode ser realizado a partir de encaminhamentos pelo Serviço Especializado em Abordagem Social ou por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Entretanto, nos últimos anos o CREAS passou a atender famílias por demanda espontânea. Já o acesso ao CRAS pode ser realizado por demanda espontânea das famílias, seleção pelo Busca Ativa¹² ou por encaminhamentos pela rede socioassistencial do governo municipal (MEDEIROS, 2018).

Referente à abrangência, estipula-se que, em municípios de pequeno porte, até vinte mil habitantes, a cobertura de atendimento do CREAS possa ser realizada por uma sede regional ou municipal em caso de haver demanda justificada. Em municípios entre vinte mil e cem mil habitantes, deve-se prever ao menos uma sede,

¹¹ Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/diferenca-cras-creas/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

¹² Busca Ativa trata-se de um sistema junto ao Ministério da Cidadania que se refere à localização e inclusão no Cadastro Único de famílias em extrema miséria auxiliando no encaminhamento dessa população aos serviços de proteção social.

enquanto nos municípios de grande porte, acima de cem mil habitantes, deve-se implantar uma sede a cada duzentos mil habitantes (MEDEIROS, 2018).

Quanto ao CRAS, a implantação deve seguir definição do Plano Municipal de Assistência Social, orientando-se que se localize em proximidade de áreas de maior convergência da população, visando proporcionar uma facilidade de acesso pelos usuários. Referente à quantidade, estabelece-se que em municípios de pequeno porte seja implantado uma sede para até duas mil e quinhentas famílias enquanto em municípios de grande porte e metrópoles sejam previstos até cinco mil famílias por sede (MEDEIROS, 2018).

2.6. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 2030

Visando uma melhora nas condições de vida da população mundial para o futuro, a ONU trabalhou junto aos governos, sociedade civil e parceiros para propor uma agenda de desenvolvimento com o objetivo de acabar com a pobreza, promover prosperidade e bem-estar à população mundial além de proteger o meio ambiente e combater às mudanças climáticas.

No ano de 2000 foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM e dentre eles incluíam-se objetivos e diretrizes de combate à pobreza. Este plano determinava que os resultados deveriam ser alcançados até o final de 2015 e percebe-se que os resultados obtidos foram satisfatórios.

Com base nos ODM, a ONU desenvolveu um plano de ação determinado de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS que deverá seguir a Agenda 2030 para proporcionar melhorias para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade.

Conforme o Preâmbulo dos ODS, além da busca da erradicação da pobreza, visa-se garantir que sejam respeitados os direitos humanos e promover a igualdade de gênero, equilibrando os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental.

Entre os 17 ODS, o tema de projeto a ser desenvolvido enquadra-se em cinco objetivos, conforme segue:

Objetivo 1: Erradicação da pobreza. Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade. O CRAS promove programas de assistência social que visam garantir e promover direitos e segurança econômica, social e ambiental a seus usuários.

Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Através do programa de entrega de cestas básicas, o CRAS busca garantir aos usuários o acesso ao alimento e contribuir para a erradicação da fome.

Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Neste aspecto o tema proposto busca oferecer aos usuários acesso à educação técnica e profissional de qualidade, a preços acessíveis, através de oficinas que visam inseri-los no mercado de trabalho.

Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Este objetivo é considerado a base do trabalho desenvolvido pelo CRAS que busca promover a inclusão social da população em situação de vulnerabilidade. Além disso, com o atendimento a imigrantes e refugiados, busca-se promover a integração desse povo através de políticas de fortalecimento de vínculos e sentimento de pertencimento.

Objetivo 11: Promover cidades sustentáveis, garantindo o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar favelas. Por meio de políticas públicas de habitação social, em trabalho conjunto com a STHAS, o CRAS promove assistências relacionadas às condições dignas de moradia de seus usuários.

ÁREA DE INTERVENÇÃO 3

3. ÁREA DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo será apresentada a área de intervenção da proposta, abordando aspectos relevantes na macro e na micro escala, partindo da análise da cidade, bairro e entorno imediato do terreno. Ainda, serão abordadas as questões legislativas, de infraestrutura e justificativa de escolha do lote.

3.1.A cidade e o bairro

A área de intervenção escolhida situa-se na cidade de Lajeado, a aproximadamente 113km da capital gaúcha Porto Alegre. O município localiza-se no Vale do Taquari sendo considerado o mais populoso da região, o qual, conforme censo do IBGE de 2019, conta com 84.014 habitantes em uma área de aproximadamente 91,591km², resultando em uma densidade demográfica de 917,27hab/km².

Figura 7: Rio Grande do Sul no Brasil e distância Lajeado - Porto Alegre

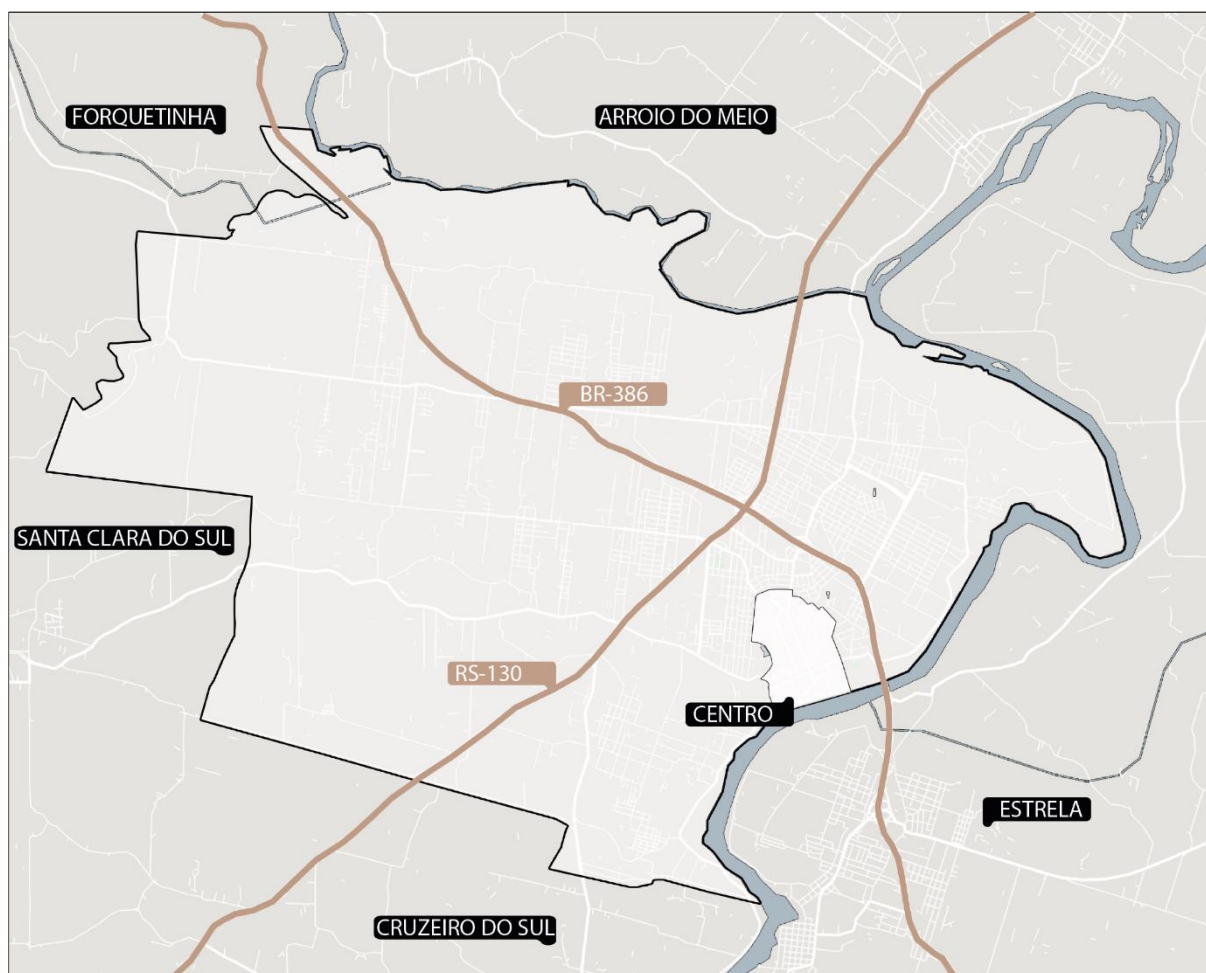


Fonte: Snazzy mapas com edições em Photoshop pelo autor (2020).

A cidade faz divisa com Arroio do Meio, Forquetinha, Marques de Souza, Santa Clara do Sul, Cruzeiro do Sul e Estrela, todas pertencentes ao Vale do Taquari. Além disso, Lajeado é considerada como a cidade de maior desenvolvimento da região, atraindo residentes das cidades vizinhas que buscam maiores oportunidades de trabalho e moradia.

Os acessos à cidade podem ser realizados via BR-386 que interliga diretamente à capital Porto Alegre e região metropolitana. Já a RS-130 dá acesso ao município a partir do Vale do Rio Pardo e demais cidades do Vale do Taquari.

Figura 8: Cidades vizinhas, acessos à Lajeado e bairro Centro



Fonte: Snazzy mapas com edições em Photoshop pelo autor (2020).

O bairro Centro foi criado a partir da Lei nº 3.658/1995, entretanto, sua ocupação se deu com a chegada dos primeiros ocupantes da região, que se estabeleceram às margens do Rio Taquari. Assim, o bairro caracterizou-se por atividades comerciais portuárias e ao longo dos anos foram edificadas a Prefeitura

Municipal, a Casa de Cultura e a Biblioteca Pública, desenvolvendo a atividade cultural e administrativa do município.

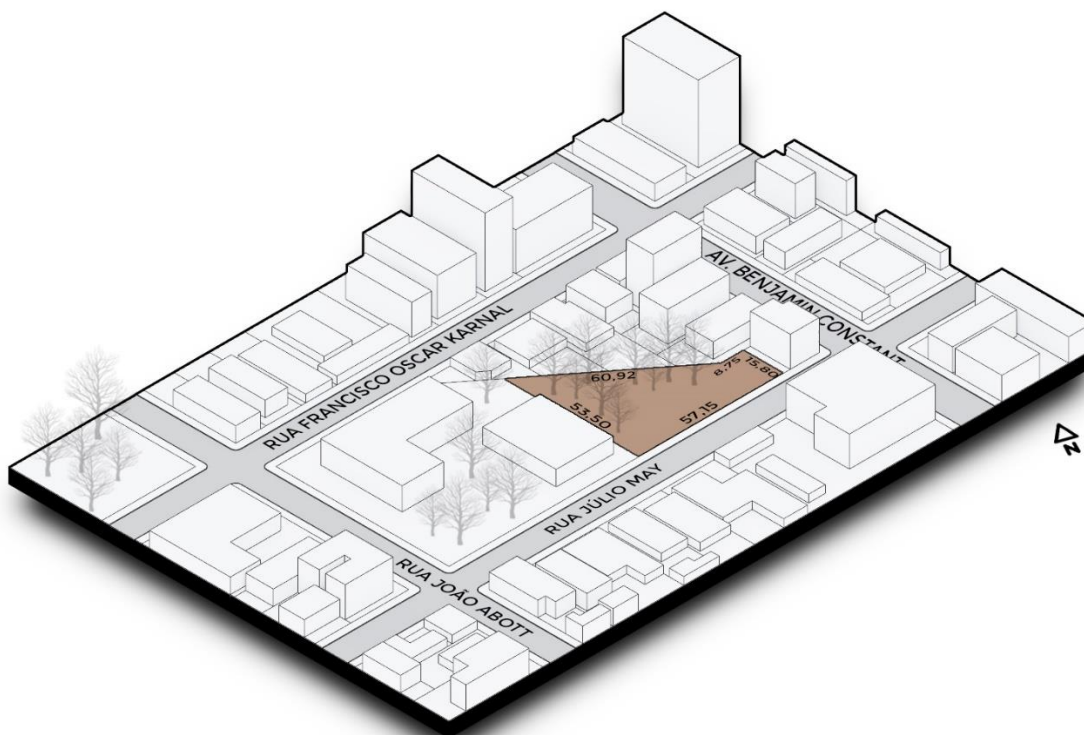
Atualmente, conforme censo do IBGE de 2010, o bairro conta com uma população de aproximadamente sete mil pessoas, além de caracterizar-se como um local de população efêmera, no qual grande parte dos lajeadenses exercem suas atividades comerciais enquanto residem em bairros próximos.

Devido ao fato de apresentar edificações antigas e grande parte de seu território estar sujeito a cheias em época de chuvas, a ocupação residencial do bairro configura-se como uma população de baixa renda e socialmente carente.

3.2. Apresentação do terreno

O terreno utilizado para implantação da nova sede do CRAS localiza-se na rua Júlio May em proximidade da Avenida Benjamin Constant, no bairro Centro. Com uma geometria irregular, o lote 355 apresenta uma área de 1.710,16m² e está cadastrado na matrícula 13.904 do Registro de Imóveis de Lajeado.

Figura 9: Localização, dimensões e vegetação existente no lote



Fonte: do autor (2020).

Seu acesso se dá exclusivamente pela rua Júlio May que se caracteriza como uma via de mão única e de menor movimento, em comparação com a Avenida Benjamin Constant. Assim, no local não incidem grandes ruídos que possam prejudicar o desenvolvimento do trabalho exercido no CRAS.

Figura 10: Fotos do lote a partir da rua Júlio May



Fonte: do autor (2020).

Conforme Figura 10, o lote não apresenta edificações existentes, entretanto há algumas vegetações de médio e grande porte na área e espécies de pequeno e médio porte localizadas na faixa de serviço da calçada. No entanto, com a presença da rede pública de energia elétrica, a vegetação pode ocasionar problemas e necessitar de constante manutenção da chamada “poda V”.

3.2.1. Microclima

A cidade de Lajeado, por estar situada na região sul do Brasil, encontra-se sob o domínio do clima subtropical com as quatro estações do ano bem definidas. Conforme dados obtidos pela estação meteorológica da Univates, que está instalada e em funcionamento no local desde 2003, as temperaturas médias mínimas ocorrem

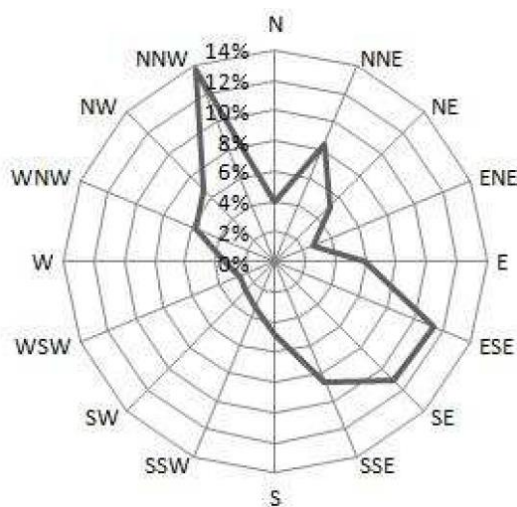
no mês de julho, enquanto as temperaturas médias máximas ocorrem no mês de janeiro. Já a média anual de temperatura é de 20,3°C.

Figura 11: Trajetória solar incidente no lote



Fonte: do autor (2020).

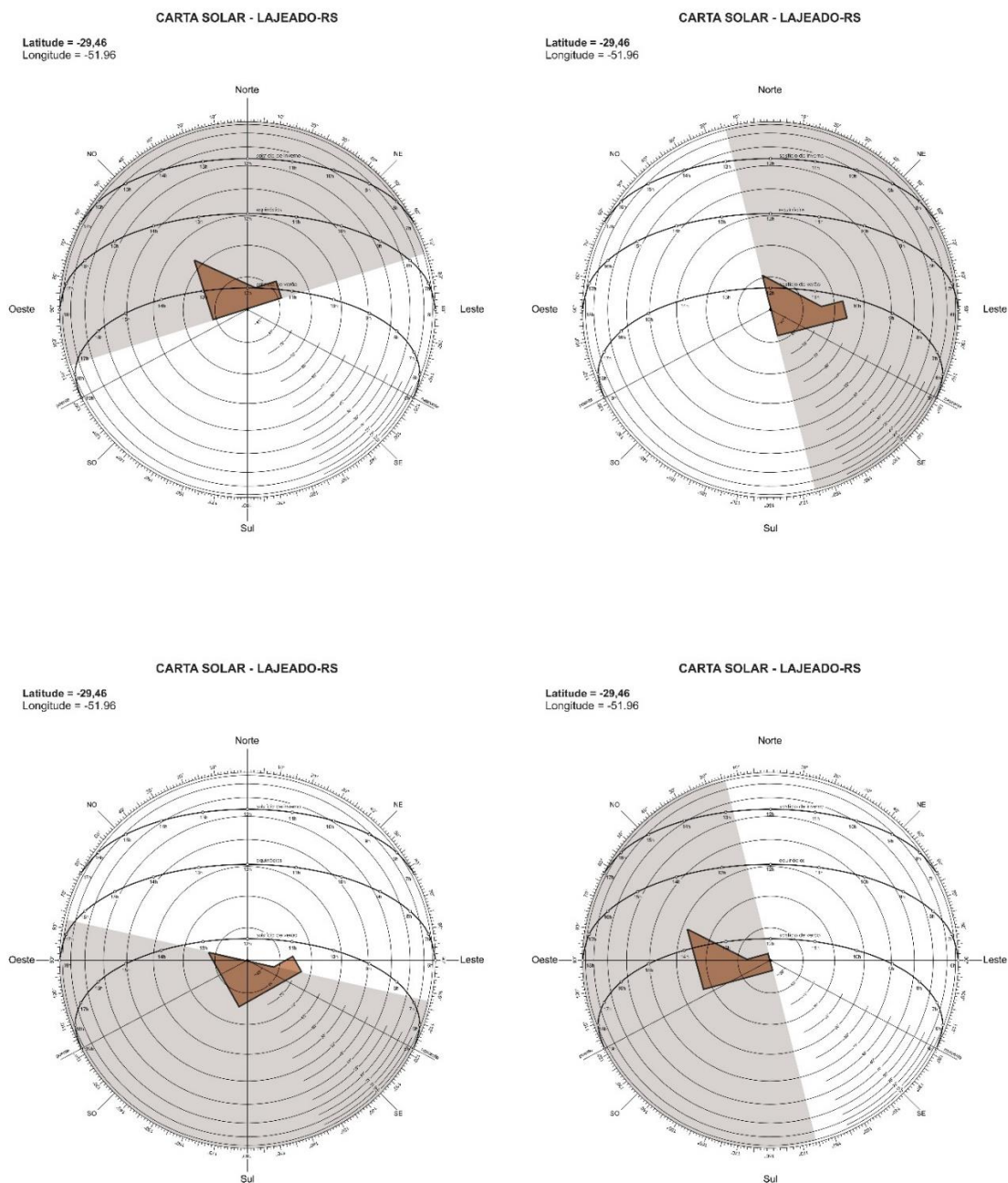
Figura 12: Frequência média anual da velocidade do vento em Lajeado



Fonte: TOMASINI, 2011.

Quanto a precipitação, apresenta-se bem distribuída ao longo do ano, com valores acima de 100mm de chuva todos os meses. A média anual registrada é de 1.781,60mm. Já em relação aos ventos da região, sopram predominantemente, no inverno, a partir do norte-noroeste, enquanto no verão a partir do sudeste.

Figura 13: Análise do terreno na carta solar de Lajeado



Fonte: BONI, Fábio. Com edições em photoshop pelo autor (2020).

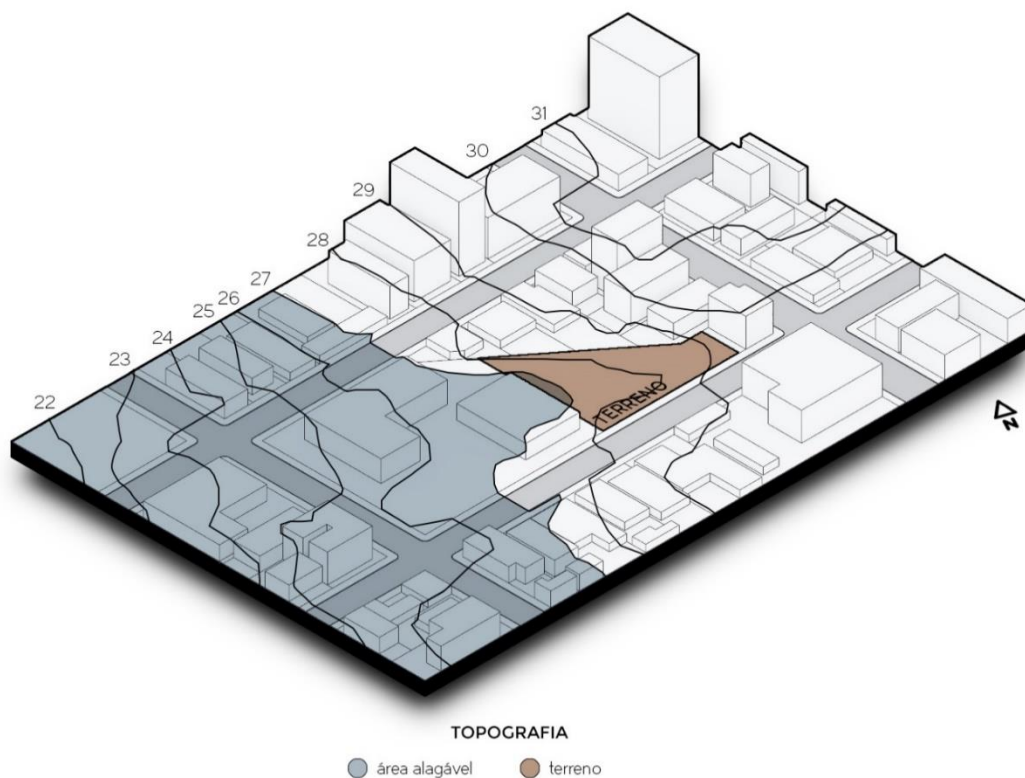
A partir da análise da implantação do terreno escolhido na carta solar de Lajeado, percebe-se que na fachada sul sudeste a incidência solar ocorre predominantemente nas primeiras horas da manhã.

A fachada com orientação a oeste sudeste recebe a incidência solar a partir das primeiras horas da tarde, enquanto a porção do terreno à leste nordeste recebe a incidência solar, predominantemente, durante o período da manhã. Já na testada de orientação norte nordeste a insolação ocorrer a partir das primeiras horas da manhã até o final da tarde.

3.2.2. Topografia e cota de cheia

O lote apresenta topografia relativamente plana, com três metros de desnível entre seu ponto mais alto e mais baixo. Conforme Figura 14, o terreno possui parte de sua área abaixo da cota 27, considerada como cota de cheia na cidade em épocas de chuva. Assim, serão propostas estratégias para que o uso da edificação não seja prejudicado durante esse período, como aterro, elevação da edificação em relação à via e/ou tratamento do pavimento térreo com pilotis.

Figura 14: Topografia do lote e cota de cheias

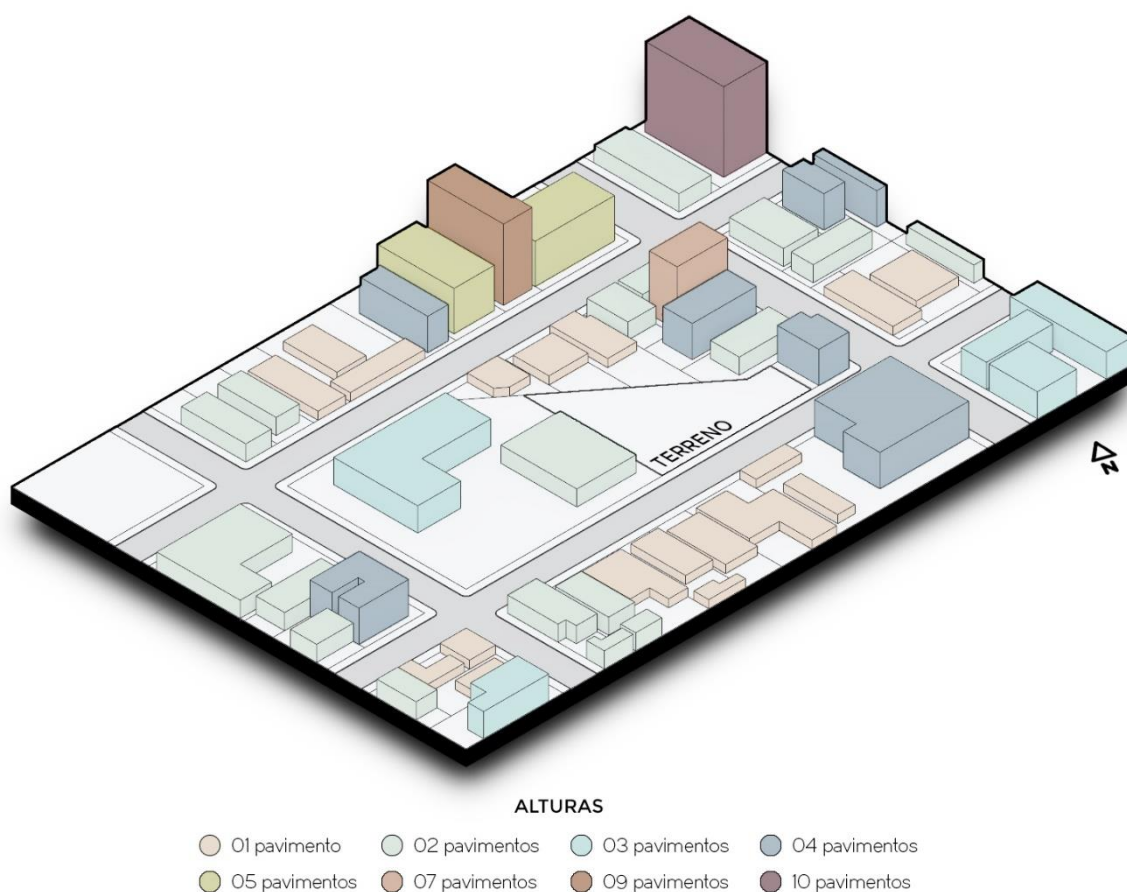


Fonte: do autor (2020).

3.2.3. Análise do entorno imediato

Em relação à altura, o entorno imediato apresenta variação e predominância de edificações relativamente baixas, de um a três pavimentos, em sua maioria casas antigas. À medida que os lotes se aproximam da Avenida Benjamin Constant, a altura das edificações tende a aumentar em virtude de tratar-se de uma importante e movimentada via da cidade. Além disso, variação torna-se possível pela flexibilidade do plano diretor que não atribui ao local um limite de alturas.

Figura 15: Alturas do entorno imediato



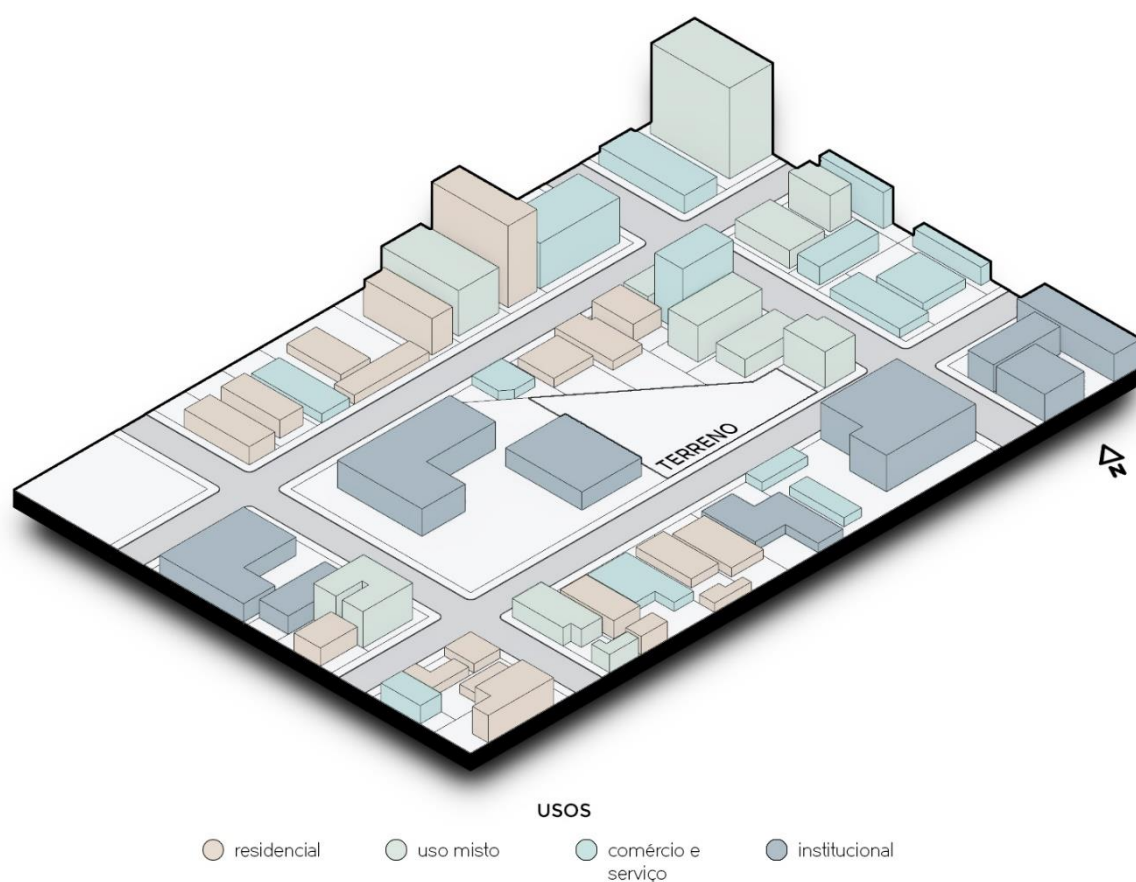
Fonte: do autor (2020).

Da mesma forma, os usos do entorno imediato apresentam variação. Não há predominância de um uso específico entretanto, percebe-se a mesma relação presente nas alturas das edificações, a medida em que aproximam-se da Avenida Benjamin Constant, o uso exclusivamente residencial passa a ser substituído por uso

misto e comercial, visto que aproxima-se da rua Júlio de Castilhos, considerada como o centro comercial da cidade.

Além disso, o entorno apresenta edificações de uso institucional, como escolas, posto de saúde, assim como a atual sede do CRAS Centro e sede do CREAS Lajeado. A variação presente no local se dá em virtude da flexibilidade do plano diretor da cidade.

Figura 16: Usos do entorno imediato



Fonte: do autor (2020).

3.3. Condicionantes legais

No que se refere aos condicionantes legais, de acordo com o Projeto de Lei 036 – Plano Diretor da cidade de Lajeado, aprovado no dia 04 de agosto de 2020, o terreno objeto de implantação situa-se na UTP 1, Setor 02, Quadra 05, Zona 1.

Tabela 2: Índices da Zona 1 do Projeto de Lei 036

ZONAS	USOS	PORTE (m²)	IA	TO	TP	ALTURA (m)	RECUE DE JARDIM (m)	AFASTAMENTOS EM FUNÇÃO DA ALTURA
Z1	H1/H2/H3	----	4,5*	80%	10%	LIVRE	4,00	Frente: Residencial = 4,00m; Comércio e Misto = 2,00m na torre
	BR/CA/CC/CD/CR/CV/C E/EC/GC/S1/S2/S3/SA/ SA1/SA2/SA3/SC/T/						ISENTO	Lateral: Base de 13,20m de altura - isenta;
	DG Classes I até 520 kg (Portaria 27 DNC)/PC I1/I2/I3/Ir							Até 40,00m de altura - 10% de recuo do total da H, com mínimo de 2,00m; Acima de 40,00m de altura - 12% de recuo do total da H Fundos: 3,00m; acima de 40,00m de altura: 4,00m Obs.: Recuos exigidos acima da base

Fonte: Projeto de Lei 036, disponível no site do município.

Desta forma, o novo Projeto de Lei prevê que o local tenha um índice de aproveitamento (IA) de 4,5 resultando em uma área computável máxima de 7.695,72m². A taxa de ocupação (TO) permite que a edificação ocupe até 80% do lote resultando em uma área máxima de 1.368,12m² com uma taxa de permeabilidade mínima de 10%, referente à área de 171,02m². Ainda, não há limite de altura e em edificações não residenciais o recuo de jardim é dispensável. Entretanto, o recuo lateral em relação ao lote vizinho deve ser respeitado de acordo com altura total da edificação. Ressalta-se que, de acordo com o previsto no Plano Diretor, é possibilitado o uso de 100% do lote para subsolo em quadras ao longo da Avenida Benjamin Constant, mediante projeto específico de compensação de permeabilidade.

3.4. Justificativa do local de implantação

A definição do terreno partiu da estratégia de que a localização seria um dos principais aspectos a serem considerados para a escolha. Assim, buscou-se por um local que tenha fácil acesso pelos meios de transporte público e que esteja próximo das áreas de maior incidência de vulnerabilidade social. Desta forma, o bairro Centro configura-se como local mais adequado para o desenvolvimento da proposta, visto que nele e em suas proximidades encontram-se indivíduos com residências em condições de risco em épocas de cheias, trabalhadores informais, população de rua e grande presença de imigrantes.

Figura 17: Equipamentos próximos ao lote



Fonte: Snazzy mapas com edições em Photoshop pelo autor (2020).

Ademais, o local definido apresenta proximidade com importantes suportes do Governo Municipal, como a Casa de Cultura, a Prefeitura, o Posto de Saúde do bairro Centro, o Hospital Bruno Born, a Delegacia de Polícia e o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), sendo facilmente acessados por rota de pedestres.

Além disso, pelo fato de estar sendo projetada uma nova sede para o CRAS Centro, entende-se que a área deveria estar próxima da atual localização para não causar grande impacto no cotidiano e deslocamentos dos usuários do programa. Ainda, por se tratar de um projeto do âmbito social, buscou-se um terreno que já se configure de domínio público, sendo uma das poucas áreas com esta característica e que se localiza neste setor com possibilidade de implantação.

PROGRAMA DE NECESSIDADES 4

4. PROGRAMA DE NECESSIDADES

Neste capítulo será apresentado o programa de necessidades estabelecido para o CRAS, por meio de tabelas que demonstrem as áreas previstas bem como um fluxograma para melhor entendimento do uso e funcionamento da edificação.

Ademais, serão analisados os condicionantes legais e diretrizes projetuais previstas nas normas técnicas e que deverão ser levadas em consideração durante o desenvolvimento do projeto.

4.1. Apresentação do programa

O programa de necessidades proposto para a sede do CRAS pretende oferecer ao público os serviços de assistência social por meio de subsídios e programas governamentais, promover a capacitação dos usuários através de atividades e oficinas profissionalizantes, incentivar as manifestações culturais, além de buscar a reintegração social, cultural e econômica da população vulnerável da cidade de Lajeado.

Dessa forma, o programa se dividirá em nove setores: triagem, atendimento, administrativo, cultural, regularização, profissionalização, áreas técnicas, piscina e apoio comercial.

O setor de triagem será dedicado à recepção, encaminhamento de atendimentos, sala de doações e distribuições. Além disso, será prevista uma área destinada à entrega e armazenamento de cestas básicas para a população comprovadamente beneficiária.

O segundo, setor de atendimento, contará com salas de acompanhamento social, jurídico e psicológico. Ainda, será proposta uma sala multiuso para atendimentos e/ou atividades, sala para secretária e espera.

O terceiro setor será destinado à administração do CRAS, o qual contará com salas de coordenação, orientação, planejamento, almoxarifado, secretaria e reuniões de equipe.

À área cultural caberá oferecer aos usuários espaços para exposições e eventos, bem como infraestrutura adequada e biblioteca pública. Já o setor de regularização será responsável por normalizar e legalizar o cadastro de famílias nos programas de assistência social e as situações dos imigrantes na cidade.

Focado em oferecer oficinas e ensino aos usuários, o setor de profissionalização contará com salas de aula que abrangeram o ensino da música, informática, pintura, artesanato, além de salas multiuso nas quais poderão ocorrer diversas oficinas de capacitação profissional.

O núcleo técnico da edificação contará com salas de monitoramento, servidores, depósitos para materiais de limpeza e manutenção da edificação, depósito de lixo, área para reservatórios e shaft, além de uma sala para gerador de energia.

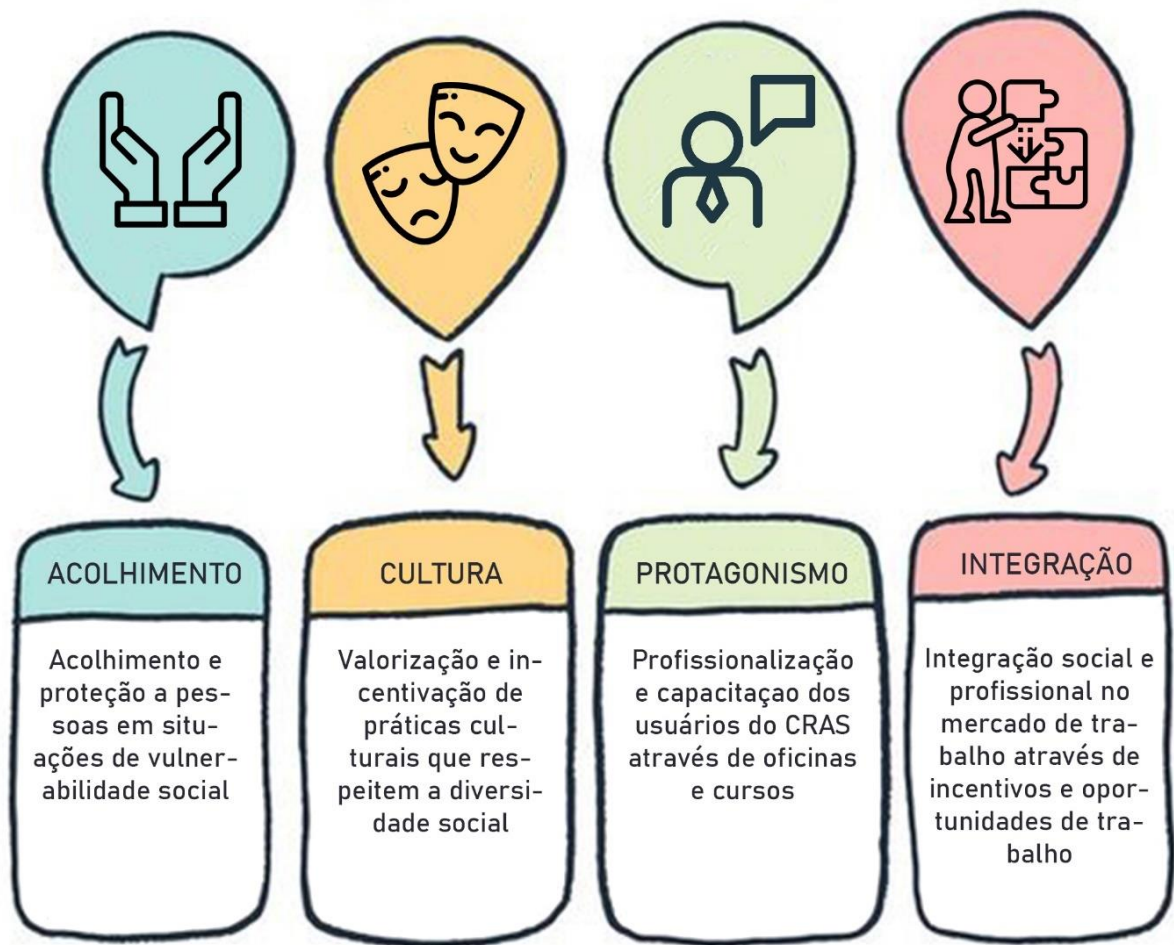
Será prevista uma área de piscina voltada a atividades aquáticas aos usuários, com grupos de idosos, adolescentes, crianças e famílias, além de contar com as áreas de apoio necessárias como: vestiários, depósitos e local para sistema de aquecimento da água.

O setor comercial será voltado a atividades que possam servir de apoio aos usuários do CRAS. Assim, contará com salas destinadas a uma agência de câmbio para atender aos imigrantes e população em geral, coworking de baixo custo voltado ao uso exclusivo pela população atendida pelo CRAS além de um sala comercial destinada a um café ou restaurante e espaço de feirinha visando garantir vitalidade ao local.

4.1.1. Conceito de projeto

Os serviços oferecidos pelo CRAS visam garantir condições básicas de vida digna à população em situação de vulnerabilidade social. Assim sendo, conforme Figura 18, o tema e o programa de necessidades baseiam-se em quatro conceitos: acolhimento, cultura, protagonismo e integração social.

Figura 18: Conceitos projetuais do CRAS



Fonte: do autor, 2020.

4.1.2. Tabela de áreas

A tabela a seguir apresenta a setorização proposta do programa de necessidades com seus respectivos ambientes e dimensionamentos estipulados para atender adequadamente o tema proposto.

Conforme dimensionamento proposto, o projeto resultará em uma área construída de salas, atendimentos e atividades de aproximadamente 1.800m² com uma estimativa de circulação, horizontal e vertical, de 20% da área total, 320m². Assim, resultando em uma área total de aproximadamente 2.170m².

Tabela 3: Programa de necessidades e dimensionamento

PROGRAMA DE NECESSIDADES TABELA DE ÁREAS - CRAS Centro Lajeado/RS						
Núcleo	Atividade/Descrição	Ambiente	Equipamentos	Quantidade	Área unid. (m²)	Área total (m²)
[triagem]	Atendimento prévio e encaminhamento	Recepção	Bancada, computador, cadeira, impressora, telefone, poltronas	1	20	20
	Sala de triagem para atendimentos	Triagem	Bancada, computador, cadeira, poltronas	1	15	15
	Sala para retirada de cesta básica	Entrega cesta básica	Bancada, computador, cadeira, poltronas	1	15	15
	Depósito de alimentos da cesta básica	Depósito cesta básica	Armário, prateleiras, refrigerador	1	20	20
	Sala para recebimento de doações populares	Sala doações	Bancada, computador, cadeira, poltronas	1	10	10
	Triagem e armazenamento de doações	Sala de distribuição	Bancada, computador, cadeira, armário, prateleiras	1	20	20
					área total	100
[cultural]	Saguão para exposições/foyer	Saguão/foyer	Área livre, mobiliário flexível	1	90	90
	Sanitários femininos	Sanitários femininos	Lavatórios, cabines de vaso sanitário	1	15	15
	Sanitários masculinos	Sanitários masculinos	Lavatórios, cabines de vaso sanitário, mictórios	1	15	15
	Sanitário adaptado PNE	Sanitário adaptado	Lavatório, vaso sanitário	2	3,5	7
	Sala para palestras e eventos	Sala multiuso/auditório	Mesa, cadeiras, projetor, computador, sistema de som	1	120	120
	Depósito para equipamentos do auditório	Depósito	Prateleiras	1	20	20
	Sala de som e projeção	Sala de som e luz	Bancada, equipamentos, computador, cadeiras	1	10	10
	Biblioteca	Biblioteca	Bancada, mesas, cadeiras, estantes	1	60	60
	Área externa/praça	Área externa	Bancos, memorial	1		0
					área total	337
[atendimento]	Acompanhamento psicológico	Sala psicóloga	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	10	10
	Acompanhamento jurídico	Sala jurídico	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	15	15
	Acompanhamento social	Sala assistente social	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	2	10	20
	Sala multiuso para apoio a atendimentos	Sala multiuso	Mobiliário flexível	1	20	20
	Acompanhamento à mulher em situação de risco	Atendimento à mulher	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	10	10
	Acompanhamentos em geral	Sala assistentes técnicos	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	30	30
	Sala para secretária geral do setor de atendimento	Sala secretária	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	10	10
					área total	115

[regularização]	Sala para cadastro das famílias	Sala entrevista	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	15	15
	Sala de atendimento	Sala de atendimento	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	30	30
	Arquivos físicos do cadastro	Sala arquivos	Armário com gavetas	1	7	7
	Sala atendimento a imigrantes (poliglota)	Sala atendimento imigrantes	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	15	15
	Acompanhamento para regularização de documentação	Sala documentação	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	8	8
					área total	75
[administrativo]	Cozinha e refeitório para funcionários	Cozinha/copa	Bancada, pia, microondas, refrigerador, mesa, cadeiras	1	20	20
	Vestiários	Vestiário	Lavatório, cabines vaso sanitário, armários	2	15	30
	Área de estar para funcionários	Estar funcionários	Sofá, mesa, cadeiras	1	30	30
	Sala para coordenação	Sala coordenação	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	2	10	20
	Sala de planejamento dos professores de música, artesanato, pintura	Sala orientadores	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	30	30
	Sala para reuniões de equipe	Sala de reuniões	Mesa, cadeiras, computador, projetor	1	30	30
	Sala para reuniões pequenas	Sala de reuniões	Mesa, cadeiras, computador, projetor	1	15	15
	Sala para secretária	Sala secretária	Bancada, computador, impressora, cadeira, poltronas	1	10	10
	Sala para materiais de escritório	Almoxarifado	Estante com prateleiras	1	5	5
	Lavanderia para faxineiras	Lavanderia	Armário, bancada, tanque	1	10	10
	Depósito de materiais	Depósito	Armário com prateleiras	1	10	10
					área total	210
[piscina]	Piscina de aprendizagem para crianças	Piscina infantil	Piscina com pouca profundidade	1	25	25
	Piscina para grupo de idosos, adolescentes, famílias	Piscina adulto	Piscina com profundidade padrão	1	60	60
	Vestiários	Vestiários	Lavatórios, cabines de vaso sanitário, mictórios, cabines de chuveiro, armários	2	30	60
	Depósito para produtos e materiais para piscina	Depósito	Armário com prateleiras	1	5	5
	Área para sistema de aquecimento da piscina	Sistema de aquecimento	Caldeira para aquecimento de água	1	10	10
	Depósito de apoio ao sistema de aquecimento	Depósito	Prateleiras	1	10	10
					área total	170

[profissionalização]	Brinquedoteca para atividades com crianças de 0 a 12 anos	Brinquedoteca	Brinquedos, mesas, cadeiras	1	30	30
	Sala para atividades com adolescentes	Sala adolescentes	Mesas, cadeiras	1	30	30
	Sala de ensino de música	Sala de música	Cadeiras	1	24	24
	Depósito para instrumentos musicais	Depósito instrumentos	Instrumentos musicais	1	10	10
	Sala de informática	Sala de informática	Bancadas, computadores, cadeiras, projetor	1	40	40
	Sala multiuso	Sala multiuso	Mesas, cadeiras, computador, projetor, quadro	1	50	50
	Depósito de apoio às salas de oficina	Depósito	Prateleiras	5	10	50
	Sala de expressão corporal e teatro	Sala de ensaio	Mobiliário flexível	1	50	50
	Sala para oficina de pintura	Sala pintura/artesanato	Mesas, cadeiras	1	40	40
	Sala para oficinas profissionalizantes	Sala oficinas	Mesas, cadeiras, projetor	3	30	90
	Sala de língua portuguesa	Sala de aula	Mesa, cadeiras, computador, projetor	1	30	30
	Refeitório/copa	Refeitório	Mesa, cadeiras, geladeira, microondas, fogão	1	40	40
	Sanitários femininos	Sanitários femininos	Lavatórios, cabines de vaso sanitário	1	15	15
	Sanitários masculinos	Sanitários masculinos	Lavatórios, cabines de vaso sanitário, mictórios	1	15	15
	Sanitário adaptado PNE	Sanitário adaptado	Lavatório, vaso sanitário	2	3	6
					área total	520
[técnico]	Sala de monitoramento e controle	Sala de monitoramento	Bancada, computador, cadeira	1	8	8
	Sala para servidor do sistema de rede	Servidor	Armário para armazenamento do servidor	1	5	5
	Shaft com medidores elétricos	Shaft elétrico	Disjuntores	1	7	7
	Sala com espera para gerador	Sala gerador	Gerador	1	15	15
	Depósito de materiais	Depósito	Armário e prateleiras	1	10	10
	Depósito de lixo	Depósito de lixo	Lixeiras	1	15	15
	Casa de gás	Casa de gás	Butijões de gás	1	10	10
	Área técnica para condensadoras	Shaft ar condicionado	Condensadoras de ar condicionado	1	30	30
	Reservatórios de água	Reservatórios	Caixas d'água	1		0
	Subsolo com vagas de estacionamento	Estacionamento	Vagas de estacionamento			0
					área total	100
[comercial]	Sala para agência de cambio	Agência de câmbio	Salas, bancadas, computadores, cofre, poltronas	1	60	60
	Coworking de baixo custo	Coworking	Bancadas, computadores, cadeiras, sala de reuniões	1	120	120
	Área de venda de calçada/feirinha	Feirinha	Mobiliário flexível			0
					área total	180
área ambientes (m²)						1807
estimativa de circulação horizontal e vertical (m²)						361,4
área total (m²)						2168,4

Ademais, conforme o ORIENTAÇÕES¹³, é aconselhável que o lote no qual será implantado o CRAS, em busca de viabilizar o projeto, seja de domínio público. Portanto, ao Governo Municipal caberá, além de destinar os recursos municipais, gerenciar o quadro de funcionários e os recursos estaduais e federais, ceder o terreno definido como objeto de implantação o qual apresenta-se sob domínio do município de Lajeado.

Ainda, estima-se que empresas da região possam demonstrar interesse em parcerias ou doações em troca de qualificação de mão obra para seus funcionários. Atualmente percebe-se a falta de interesse na população em empregos do ramo braçal, fazendo com que as grandes empresas recorram a mão de obra imigrante e/ou por vezes desqualificada.

4.3. Condicionantes legais

Para elaboração do projeto de uma sede do CRAS necessita-se entendimento e análise das normas técnicas para que a edificação esteja em conformidade com as leis. Assim, serão abordadas duas das principais normas da ABNT, a NBR 9077 que se refere ao dimensionamento correto de saídas de emergência e a NBR 9050 que regulamenta a acessibilidade de uma edificação.

Ainda, serão abordados o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS no qual o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome especifica o programa de necessidades mínimo para cada modalidade de sede e o Código de Edificações da cidade de Lajeado o qual apresenta informações pertinentes à construção.

4.3.1. Caderno de Orientações Técnicas do CRAS

Conforme ORIENTAÇÕES, o efetivo funcionamento do CRAS é imprescindível para que seja oferecido um serviço de assistência social de qualidade. Ainda, definem que o CRAS não pode ser compreendido somente como uma edificação, visto que seus espaços e sua disposição devem refletir a concepção do trabalho social.

¹³ ORIENTAÇÕES Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 1 ed. Brasília, DF. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.

O caderno de orientações também define que o programa de necessidades do CRAS deve dispor, no mínimo, recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo, sala administrativa, copa e banheiros.

A recepção configura-se como um espaço de transição e encaminhamentos, além de servir como porta de entrada do serviço de acolhimento e atendimento inicial para os indivíduos em situações de vulnerabilidade social. A organização deste espaço deve facilitar o contato inicial da família com os profissionais do CRAS. Assim, é recomendado que este espaço não seja menor do que 12m² e seja composto por balcão de atendimento e lugares para espera.

As salas de atendimento devem prever espaços individualizados e espaços para atendimentos a famílias, com espaço para até dez pessoas. Já as salas de uso coletivo devem prever espaço adequado para usos múltiplos e otimizados, com foco para atividades com grupos de famílias. Além disso, as salas coletivas podem servir como espaço de pequenas palestras, reuniões, apresentações e exposições. Estima-se que este espaço deve possuir ao menos 35m², acomodando em torno de trinta pessoas confortavelmente. Ainda, o caderno de orientações técnicas aconselha que no caso de haver mais do que uma sala coletiva, deve-se prever estrutura móvel de fechamento para que possam ser unificadas em necessidade por um espaço mais amplo.

O setor voltado à administração do CRAS deve prever espaços de registro de informações, arquivo de documentos, sistema de servidores, sala para coordenação e local para planejamentos de atividades pela equipe, além de prever espaço para realização de reuniões internas.

Os banheiros devem ser segmentados por sexo e prever sanitários adaptado para portadores de necessidades especiais (PNE). Já a copa possui grande importância ao CRAS visto que, além de servir como espaço para os funcionários, são preparados lanches para os usuários das atividades em grupos e serviços de convivência.

Tabela 4: programa de necessidades mínimo para sede do CRAS

Espaço	Uso	Metragem	Qtd por capacidade de atendimento anual do CRAS		
			CRAS 500	CRAS 750	CRAS 1000
Recepção	Espaço destinado à espera, transição, encaminhamentos e, em especial, ao acolhimento e atendimento inicial de famílias e indivíduos.	12m ²	1	1	1
Sala de atendimento	Espaço destinado ao atendimento particularizado de famílias e indivíduos.	12m ² (capacidade para 10 pessoas)	1	1	2
Sala de uso coletivo	Espaço que deve permitir uso múltiplo e otimizado, destinado à realização de atividades coletivas, com prioridade para a realização de atividades com grupos de famílias.	35m ² (capacidade para 30 pessoas)	1	1	2
Sala administrativa	Espaço destinado às atividades administrativas, tais como o registro de informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimentação de sistemas de informação.	20m ²	1	1	1
Copa	Espaço destinado para o preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS.	5m ²	1	1	1
Conjunto de banheiros **	-----	10m ²	1	1	1

Fonte: ORIENTAÇÕES, 2009.

4.3.2. Código de edificações de Lajeado

O Código de Edificações de Lajeado, Lei nº 5.848/1996, normatiza a construção civil no município de acordo com seu uso. Além disso, faz referência ao dimensionamento correto de escadas, rampas, corredores, ventilação, iluminação, dutos e pátios, que serão analisados para que a edificação esteja em conformidade com a legislação local.

Referente às escadas, o Código de Edificações determina que devam possuir largura conforme exigências da NBR 9077, que normatiza as diretrizes das circulações e saídas de emergência. Além disso, é previsto que a escada deve permitir passagem livre com altura mínima de 2,10m e em elevações superiores a 3m entre os pavimentos, deve-se prever um patamar com extensão mínima de 80cm.

Quanto às rampas destinadas ao uso de pedestres, devem permitir circulação com altura livre mínima de 2,10m e, em edificações de uso comercial e de serviços, possuir largura mínima de 1,50m com declividade máxima de 10%. Já as rampas

destinadas ao uso de veículos, a altura mínima livre de passagem deve ser de 2,20m com uma declividade máxima de 20%. Referente à largura, quando destinadas a um único sentido de trânsito pode-se adotar 3m e 5m para trânsito em dois sentidos.

Os corredores devem possuir um pé direito mínimo de 2,40m e, em edificações de uso comercial, de serviços, educacionais, sociais, culturais, prever uma largura útil de ao menos 1,50m.

Em relação ao uso/ocupação, pela diversidade de serviços a serem oferecidos no local, a edificação divide-se em quatro categorias: comercial varejista, serviços profissionais pessoais e técnicos, serviço de educação e cultura física e locais de reunião de público.

Tabela 5: Classificação das atividades por ocupação/uso

CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES POR OCUPAÇÃO/USO - CRAS Centro Lajeado/RS					
Ocupação/Uso	Div.	Descrição	Exemplo	Tipo edifício	**,*
Comercial Varejista	C-4	Locais para refeição	Restaurantes, lancherias, bares, cafés , refeitórios, cantinas, etc	Loja, Casa	8
Serviços Profissionais Pessoais e Técnicos	D-1	Locais para prestação de serviços profissionais ou condução de negócios	Escritórios administrativos ou técnicos , consultórios, instituições financeiras, repartições públicas , clínicas sem internação, centros profissionais	Ed. escritório, Loja, Casa	3
Serviço de Educação e Cultura Física	E-2	Escolas especiais	Escolas de artes e artesanato, de línguas, de cultura geral, de cultura estrangeira	Escola, Casa Ed. Escrit., Loja	2
Serviço de Educação e Cultura Física	E-4	Centros de treinamento profissional	Escolas profissionais em geral	Escola	5
Locais de Reunião de Público	F-1	Locais onde há objetos de valor inestimável	Museus, galerias de arte, arquivos, biblioteca e assemelhados	Tipologia específica	2
Locais de Reunião de Público	F-2	Templos e auditórios	Igrejas, sinagogas, templos e auditórios em geral	Templo, pavilhão, auditório	2

Fonte: Código de Edificações de Lajeado, com edições do autor (2020).

O CRAS enquadra-se na categoria “não residenciais” do Código de Edificações, o qual define que se deve considerar como pé direito mínimo a altura de 3,50m quando a edificação possuir acima de 150m². Entretanto, nas áreas de sanitários o pé direito mínimo a ser considerado passa a ser de 2,40m.

Em relação ao setor de ensino, é previsto que sejam considerados sanitários separados por sexo na proporção de: um conjunto de vaso sanitário e lavatório para cada 50 alunos e um mictório para cada 25 alunos, considerando-se uso masculino e um vaso sanitário para 25 alunas e um lavatório para cada 50 alunas, considerando-se uso feminino. Além disso, as salas de aula deverão possuir pé direito mínimo de 3,00m.

Já a área de auditório, deve obedecer a relação de: um vaso sanitário a cada 300 pessoas, um lavatório a cada 250 pessoas e um mictório a cada 150 pessoas em relação ao uso masculino. Quanto ao uso feminino, a relação passa a ser de um vaso sanitário e um lavatório para cada 250 pessoas. O dimensionamento dos sanitários deve-se relacionar com metade da lotação máxima de acordo com a área do auditório. Ademais, visando garantir a acessibilidade à portadores de necessidades especiais (PNE), deve-se considerar que 2% das acomodações e dos sanitários sejam adaptados.

Para dimensionamento de reservatório de consumo, corredores e escadas, deve-se calcular a população de acordo com a ocupação de cada setor da edificação.

Tabela 6: Cálculo da população de acordo com ocupação

CÁLCULO DA POPULAÇÃO - CRAS Centro Lajeado/RS				
Ocupação/Uso	Div.	Cálculo da população	Corredores	Escadas
Comercial Varejista	C-4	1 pessoa por m ² de área bruta	100	45
Serviços Profissionais Pessoais e Técnicos	D-1	1 pessoa para cada 9m ² de área bruta	100	60
Serviço de Educação e Cultura Física	E-2	1 aluno por m ² de sala de aula	100	60
Serviço de Educação e Cultura Física	E-4	1 aluno por m ² de sala de aula	100	60
Locais de Reunião de Público	F-1	1 pessoa por m ² de área bruta	100	75
Locais de Reunião de Público	F-2	1 pessoa por m ² de área bruta	100	75

Fonte: Fonte: Código de Edificações de Lajeado, com edições do autor (2020).

Além disso, o Código de Edificações prevê que em locais de prestação de serviços profissionais e condução de negócios seja considerado um consumo diário de 50L por pessoa. Quanto aos demais usos da edificação, deve-se verificar junto às legislações específicas a fim de garantir o correto dimensionamento dos reservatórios de água. Ainda, conforme Anexo 12.1 do Código de Edificações, fica estabelecido que seja previsto ao menos 12.000L de consumo para reservatório de hidrantes.

Tabela 7: Padrão de consumo para dimensionamento de reservatórios

PADRÕES PARA DIMENSIONAMENTO DO RESERVATÓRIO DE CONSUMO		
A - Residencial	200 L/pessoa	2 pessoas/dormitório até 12,00m ²
		3 pessoas/dormit. c/mais de 12,00m ²
D-1 Locais para prestação de serviços profissionais ou condução de negócios	50 L/pessoa	1 pessoa/cada 15,00m ² de área de sala
Demais ocupações	conforme legislação específica	

Fonte: Código de Edificações de Lajeado (1996).

4.3.3. NBR 9077/2001 – Saídas de emergência

A Norma Brasileira 9077 de 2001 possui como objetivo regulamentar os aspectos relacionados às saídas de emergência em edificações e é aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Através desta norma, objetiva-se garantir condições adequadas de rotas de fuga em caso de emergência além de permitir o fácil acesso de auxílio externo (bombeiros) para combate ao fogo.

Em um primeiro momento deve-se realizar o cálculo da população de acordo com os usos da edificação, visto que as saídas de emergência são dimensionadas em função da população.

Tabela 8: Dados para o dimensionamento de saídas

Ocupação		População ^(A)	Capacidade da U. de passagem		
Grupo	Divisão		Acessos e descargas	Escadas ^(B) e rampas	Portas
A	A-1, A-2	Duas pessoas por dormitório ^(C)	60	45	100
	A-3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento ^(D)			
B	-	Uma pessoa por 15,00 m ² de área ^(E) ^(G)	100	60	100
C	-	Uma pessoa por 3,00 m ² de área ^(E) ^(J)			
D	-	Uma pessoa por 7,00 m ² de área			
E	E-1 a E-4	Uma pessoa por 1,50 m ² de área ^(F)			
	E-5, E-6	Uma pessoa por 1,50 m ² de área ^(F)	30	22	30
F	F-1	Uma pessoa por 3,00 m ² de área	100	75	100
	F-2, F-5, F-8	Uma pessoa por m ² de área ^(E) ^(G)			
	F-3, F-6, F-7	Duas pessoas por m ² de área ^(G) (1:0,5 m ²)			
	F-4	† ^(I)			
G	G-1, G-2, G-3	Uma pessoa por 40 vagas de veículo	100	60	100
	G-4, G-5	Uma pessoa por 20 m ² de área ^(E)			
H	H-1	Uma pessoa por 7 m ² de área ^(E)	60	45	100
	H-2	Duas pessoas por dormitório ^(C) e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento ^(E)	30	22	30
	H-3	Uma pessoa e meia por leito + uma pessoa por 7,00 m ² de área de ambulatório ^(H)			
	H-4, H-5	† ^(I)	60	45	100
I	-	Uma pessoa por 10,00 m ² de área	100	60	100
J	-	Uma pessoa por 30,00 m ² de área ^(J)			

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

Além dos usos e ocupação, deve-se levar em consideração a altura da edificação que contabiliza, em metros, a partir da soleira de entrada até o piso do último pavimento.

Tabela 9: Classificação das edificações quanto à altura

	Tipo de edificação		Alturas contadas da soleira de entrada ao piso do último pavimento, não consideradas edículas no ático destinadas a casas de máquinas e terraços descobertos (H)
Código	Denominação		
K	Edificações térreas		Altura contada entre o terreno circundante e o piso da entrada igual ou inferior a 1,00 m
L	Edificações baixas		$H \leq 6,00 \text{ m}$
M	Edificações de média altura		$6,00 \text{ m} < H \leq 12,00 \text{ m}$
N	Edificações medianamente altas		$12,00 \text{ m} < H < 30,00 \text{ m}$
O	Edificações altas	0 - 1	$H > 30,00 \text{ m}$ ou
		0 - 2	Edificações dotadas de pavimentos recuados em relação aos pavimentos inferiores, de tal forma que as escadas dos bombeiros não possam atingi-las, ou situadas em locais onde é impossível o acesso de viaturas de bombeiros, desde que sua altura seja $H > 12,00 \text{ m}$

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

Posteriormente, deve-se analisar a edificação quanto as dimensões em planta visando uma classificação em relação à área do maior pavimento, área dos pavimentos de subsolo e área total da edificação.

Tabela 10: Classificação quanto as dimensões em planta

Natureza do enfoque		Código	Classe da edificação	Parâmetros de área
α	Quanto à área do maior pavimento (s_p)	P	De pequeno pavimento	$s_p < 750 \text{ m}^2$
		Q	De grande pavimento	$s_p \geq 750 \text{ m}^2$
β	Quanto à área dos pavimentos atuados abaixo da soleira de entrada (s_s)	R	Com pequeno subsolo	$s_s < 500 \text{ m}^2$
		S	Com grande subsolo	$s_s \geq 500 \text{ m}^2$
γ	Quanto à área total S_t (soma das áreas de todos os pavimentos da edificação)	T	Edificações pequenas	$S_t < 750 \text{ m}^2$
		U	Edificações médias	$750 \text{ m}^2 \leq S_t < 1500 \text{ m}^2$
		V	Edificações grandes	$1500 \text{ m}^2 \leq S_t < 5000 \text{ m}^2$
		W	Edificações muito grandes	$A_t > 5000 \text{ m}^2$

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

Também deve-se analisar a edificação quanto às suas características construtivas que possam auxiliar no controle da propagação de fogo.

Tabela 11: Classificação quanto as características construtivas

Código	Tipo	Especificação	Exemplos
X	Edificações em que a propagação do fogo é fácil	Edificações com estrutura e entrespisos combustíveis	Prédios estruturados em madeira, prédios com entrespisos de ferro e madeira, pavilhões em arcos de madeira laminada e outros
Y	Edificações com mediana resistência ao fogo	Edificações com estrutura resistente ao fogo, mas com fácil propagação de fogo entre os pavimentos	Edificações com paredes-cortinas de vidro ("cristaleiras"); edificações com janelas sem peitoris (distância entre vergas e peitoris das aberturas do andar seguinte menor que 1,00 m); lojas com galerias elevadas e vãos abertos e outros
Z	Edificações em que a propagação do fogo é difícil	Prédios com estrutura resistente ao fogo e isolamento entre pavimentos	Prédios com concreto armado calculado para resistir ao fogo, com divisórias incombustíveis, sem divisórias leves, com parapeitos de alvenaria sob as janelas ou com abas prolongando os entrespisos e outros

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

A partir da análise dos referidos aspectos, a Norma determina as distâncias máximas a serem percorridas pela população em situações de risco além de definir o tipo de escada que deverá ser adotada para satisfazer as exigências e garantir a segurança dos usuários.

Tabela 12: Distâncias máximas a serem percorridas

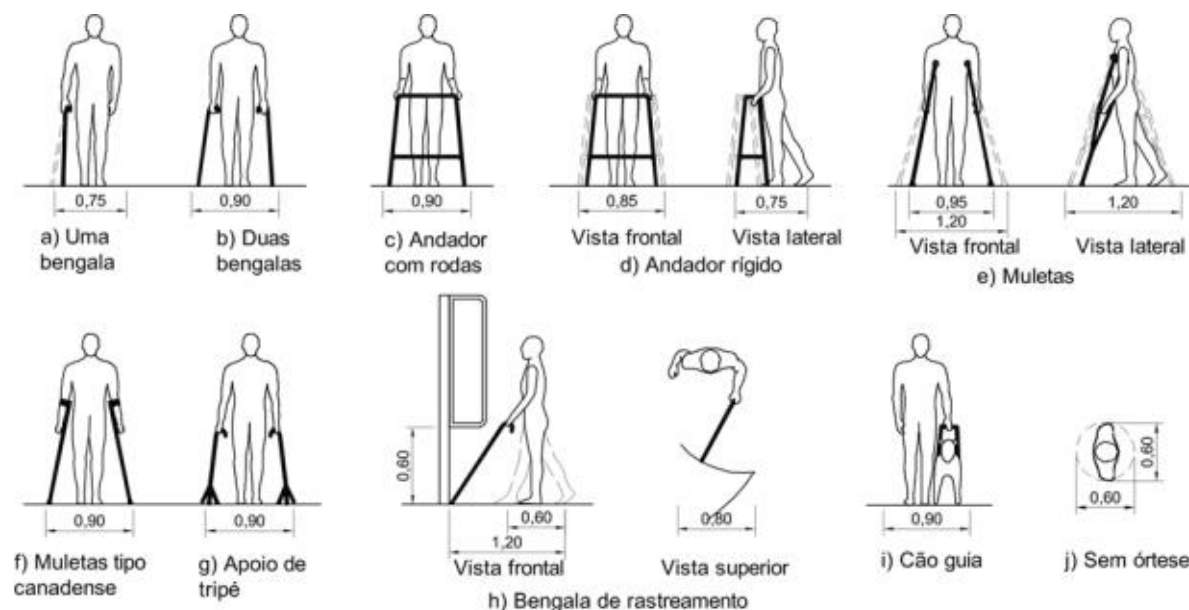
Tipo de edificação	Grupo e divisão de ocupação	Sem chuveiros automáticos		Com chuveiros automáticos	
		Saída única	Mais de uma saída	Saída única	Mais de uma saída
X	Qualquer	10,00 m	20,00 m	25,00 m	35,00 m
Y	Qualquer	20,00 m	30,00 m	35,00 m	45,00 m
Z	C, D, E, F, G-3, G-4, G-5, H, I	30,00 m	40,00 m	45,00 m	55,00 m
	A, B, G-1, G-2, J	40,00 m	50,00 m	55,00 m	65,00 m

Fonte: NBR 9077 – Saídas de Emergência.

4.3.4. NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

70

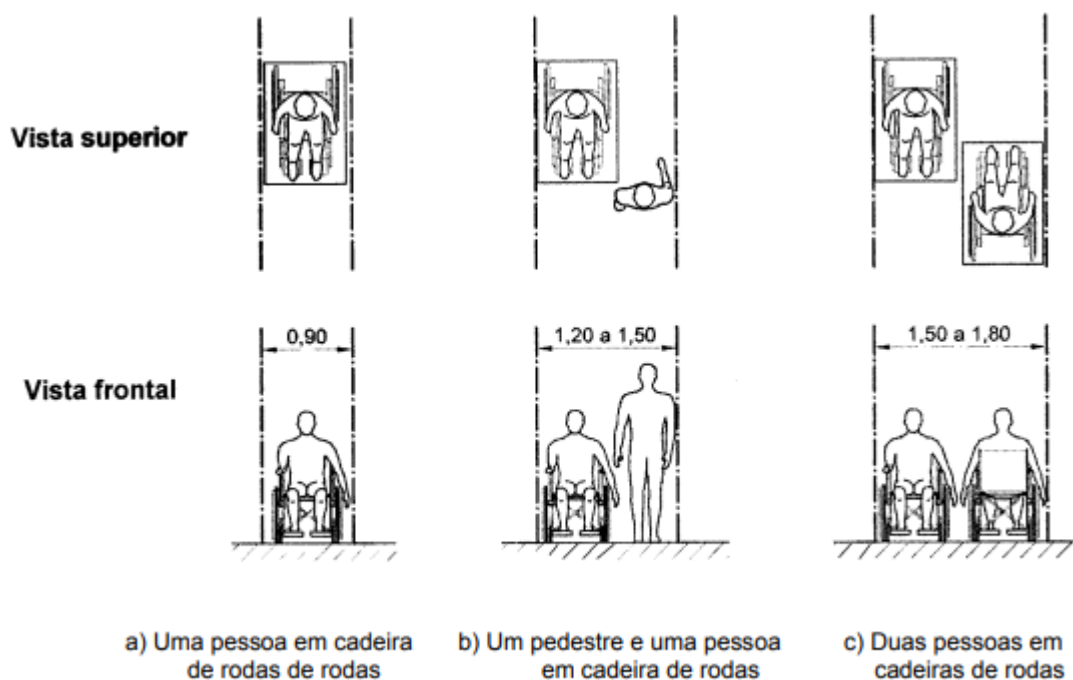
Figura 21: Dimensões referenciadas para deslocamentos



Fonte: NBR 9050/2004.

A norma também delimita as dimensões de um módulo de referência para uma pessoa que utilize cadeira de rodas, considerando uma projeção de 0,80x1,20m. Ademais, há as dimensões de largura de circulação para portadores de necessidades especiais, conforme Figura 22.

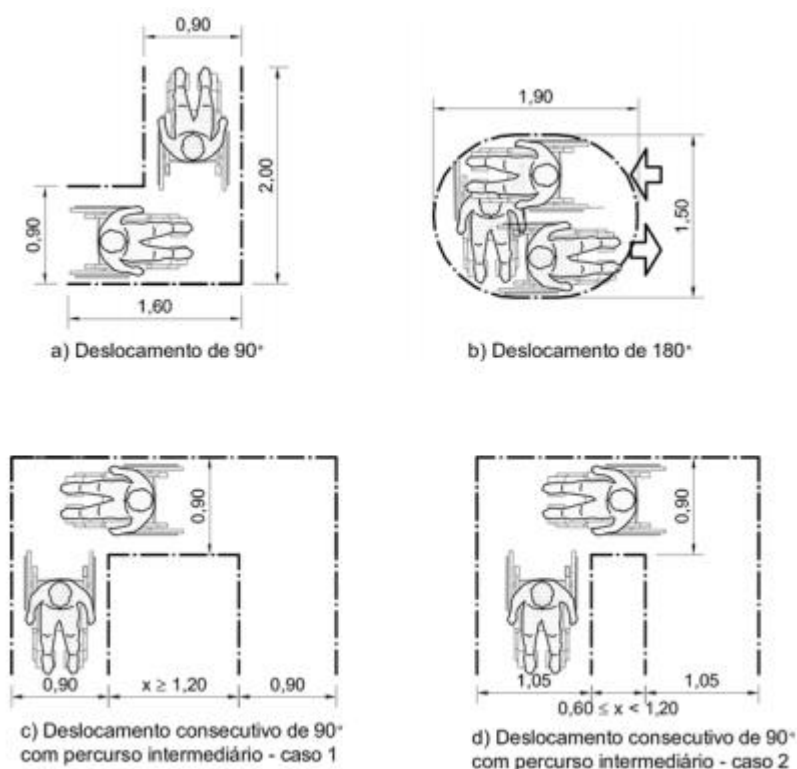
Figura 22: Largura para deslocamento em linha reta



Fonte: NBR 9050/2004.

Em relação à área de manobra para um usuário de cadeira de rodas, a norma possui duas classificações: sem deslocamento e com deslocamento. Considerando o movimento sem deslocamento, define-se que para uma rotação de 90° o espaço necessário é de 1,20x1,20m, enquanto para rotação de 180° as dimensões passam para 1,50x1,20m e para um giro de 360° necessita-se um diâmetro de 1,50m. Já para manobras com deslocamento, as dimensões seguem conforme Figura 23. Além disso, as entradas dos ambientes, com ou sem presença de portas, devem permitir a passagem com um vão livre de no mínimo 0,80m para que seja garantida a acessibilidade por PcD.

Figura 23: Área de manobra de cadeira de rodas com deslocamento



Fonte: NBR 9050/2004.

Ainda referente às circulações, quando em desnível, deve-se prever rampas com inclinação entre 6,25% e 8,33% além de áreas de descanso nos patamares, a cada 50m de percurso.

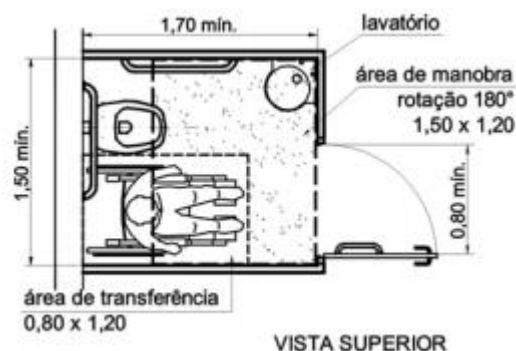
Figura 24: Dimensionamento de rampas

Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Número máximo de segmentos de rampa
5,00 (1:20)	1,50	Sem limite
$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	1,00	Sem limite
$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	0,80	15

Fonte: NBR 9050/2004.

Para quantificação de sanitários e vestiários de uso comum, deve-se prever 5% das unidades como acessível, respeitando no mínimo uma unidade, considerando que quando houver divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo.

Figura 25: Exemplificação de lavabo adaptado



Fonte: NBR 9050/2004.

Já em teatros, cinemas, auditórios e similares, conforme Figura 26, a norma define que devem possuir, na área destinada ao público, espaços reservados para PCR (pessoa em cadeira de rodas), assentos para PMR (pessoa com mobilidade reduzida) e para PO (pessoa obesa), garantindo conforto, segurança e boa visibilidade e acústica.

Figura 26: Espaços para PCR, PMR e PO.

Capacidade total de assentos	Espaços para P.C.R	Assento para P.M.R	Assento P.O.
Até 25	1	1	1
De 26 a 50	2	1	1
De 51 a 100	3	1	1
De 101 a 200	4	1	1
De 201 a 500	2% do total	1%	1%
De 501 a 1 000	10 espaços, mais 1% do que exceder 500	1%	1%
Acima de 1 000	15 espaços, mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000

Fonte: NBR 9050/2004.

Figura 27: Dimensionamento de espaços para PCR

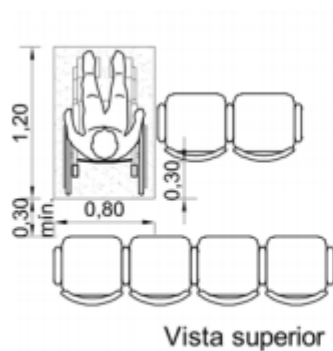


Figura 149 — Espaços para P.C.R. na primeira fileira — Exemplo

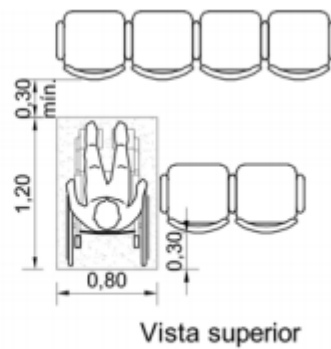
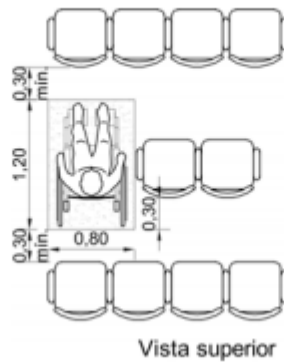


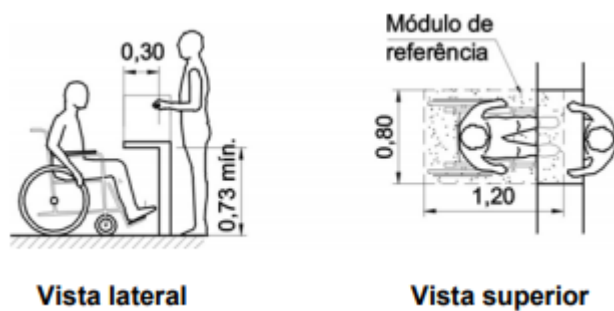
Figura 150 — Espaços para P.C.R. na última fileira — Exemplo



Fonte: NBR 9050/2004.

Em relação às áreas de atendimento, os balcões devem prever espaços acessíveis a PCR, devendo estar localizados em rotas acessíveis. Quando previsto os espaços de aproximação, o balcão deve possuir uma altura livre inferior de no mínimo 0,73m e profundidade mínima de 0,30m, conforme Figura 28.

Figura 28: Exemplo de balcão acessível



Fonte: NBR 9050/2004.

5. REFERENCIAIS ARQUITETÔNICOS

Neste capítulo serão apresentados os referenciais arquitetônicos e tipológicos, através de descrições e análises, que serão tidos como base para o desenvolvimento do projeto na etapa de Trabalho de Conclusão de Curso II.

5.1. Centro Comunitário Rehovot

O Centro Comunitário Rehovot localiza-se na cidade de Rehovot em Israel e foi desenvolvido pelo escritório Kimmel Eshkolot Architects. Com uma área de 2.500m², a edificação foi finalizada no ano de 2016 e, segundo a equipe de projeto, “o programa do projeto inclui uma variedade de espaços, além de criar uma nova praça urbana”.

Figura 29: Centro Comunitário Rehovot, Israel

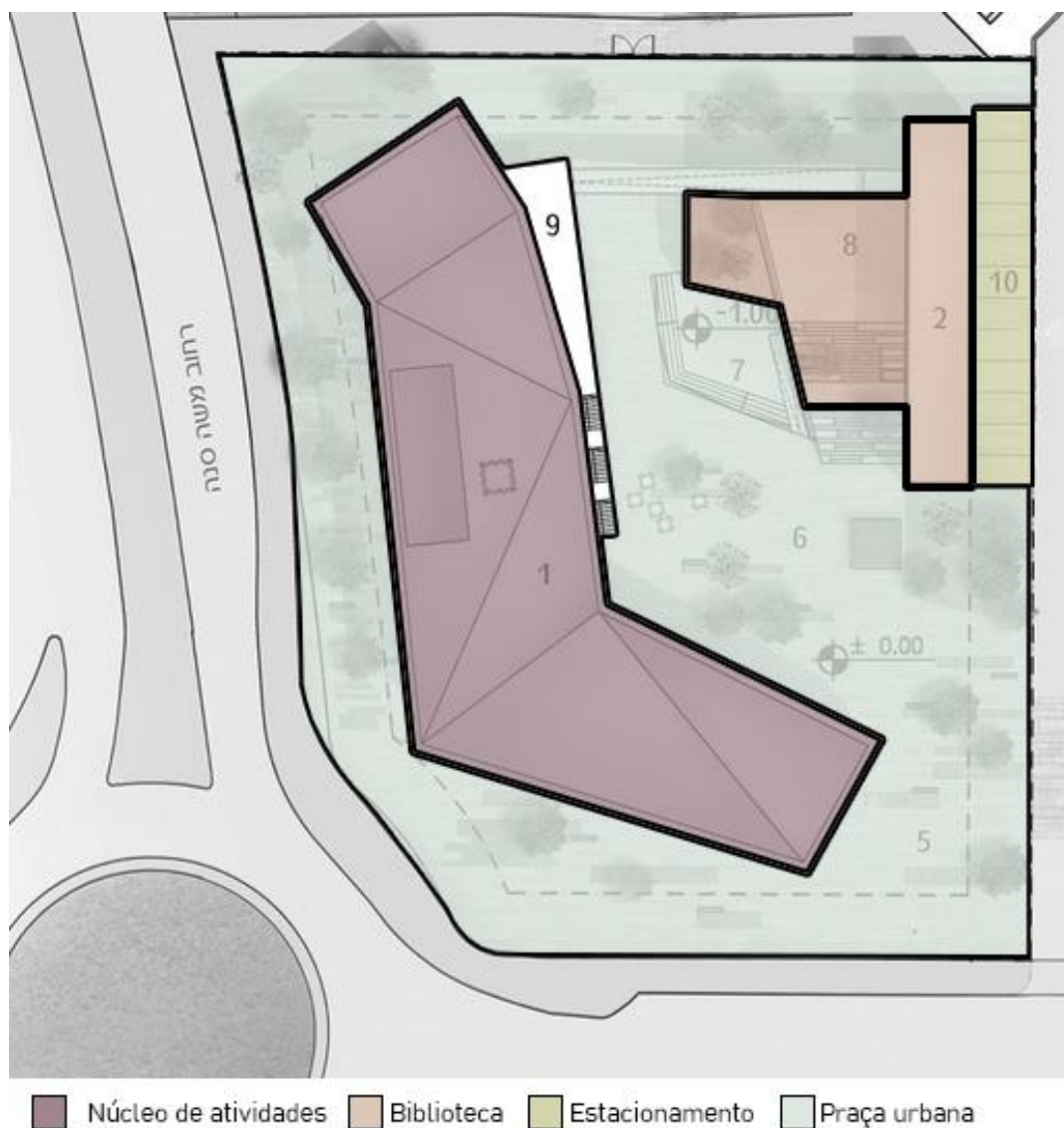


Fonte: Archdaily, 2017.

O centro é composto por duas edificações, as quais, uma delas abriga estúdios de dança, de música, área para prática de esportes, salas de artesanato e salas

multifuncionais, enquanto a segunda edificação abriga uma biblioteca que atua como um centro multimídia, gerando vitalidade e atraindo visitantes de todas as idades e interesses.

Figura 30: Implantação Centro Comunitário Rehovot



Fonte: Archdaily com edições pelo autor, 2020.

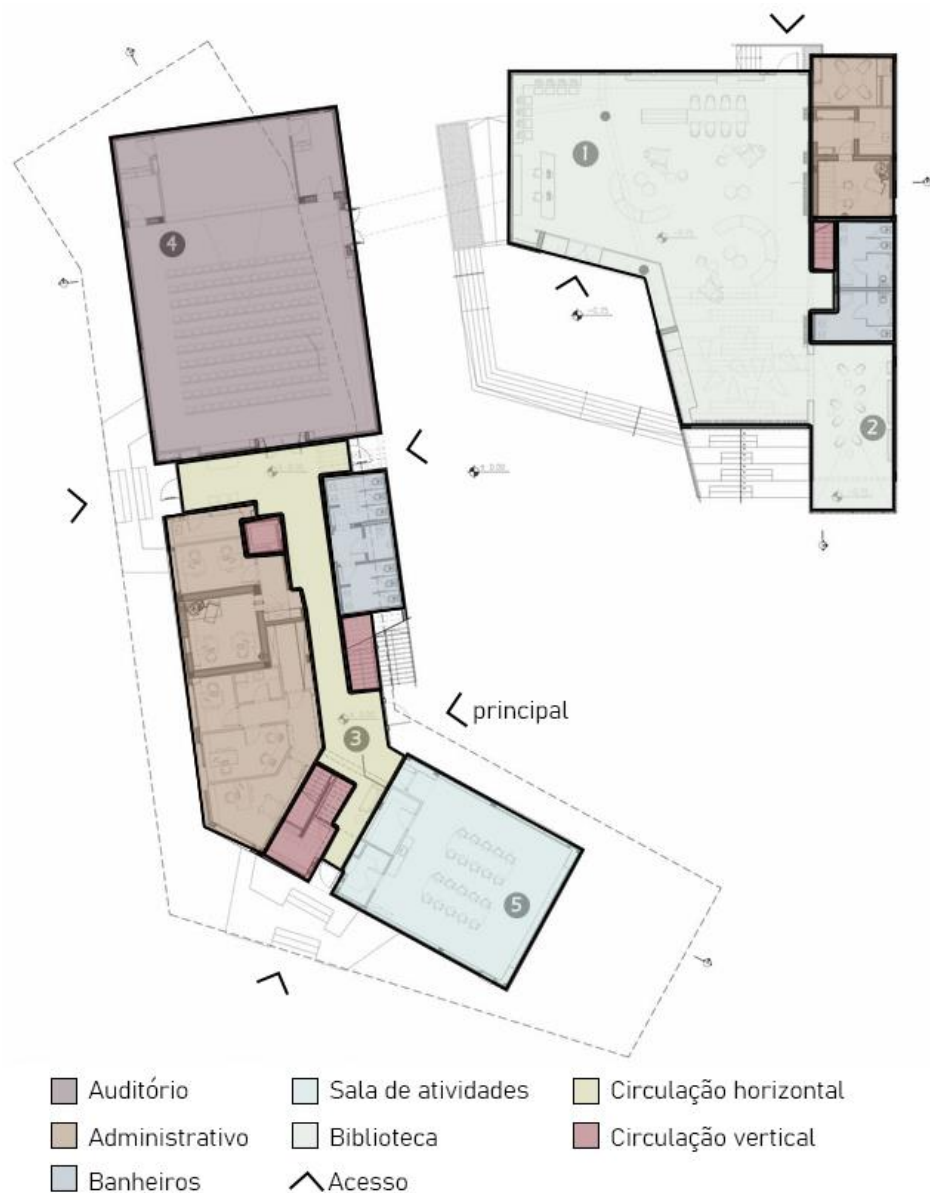
Conforme Figura 30, o centro comunitário localiza-se em um terreno que possui três testadas voltadas à via e organiza seu acesso de veículos junto à via de menor circulação, favorecendo o fluxo e a manobra. Além disso, por ser um espaço em que há necessidade de controle de ruídos, a biblioteca também foi alocada junto a via de menor fluxo.

Ademais, a edificação na qual localizam-se as salas e principais atividades está implantada junto à esquina com formato que busca acompanhar e fazer referência ao formato da via.

Percebe-se que, por se tratar de um tema de desenvolvimento pessoal, há forte valorização do pedestre e dos visitantes, através de um recuo da edificação em relação a calçada e implantação de uma praça urbana no interior do lote.

Como não há uma delimitação e demarcação de entrada, o local pode ser acessado por todas as testadas, enquanto o tratamento de paisagismo e paginação de piso da praça conduz os visitantes às áreas de interesse nas edificações.

Figura 31: Zoneamento pavimento térreo



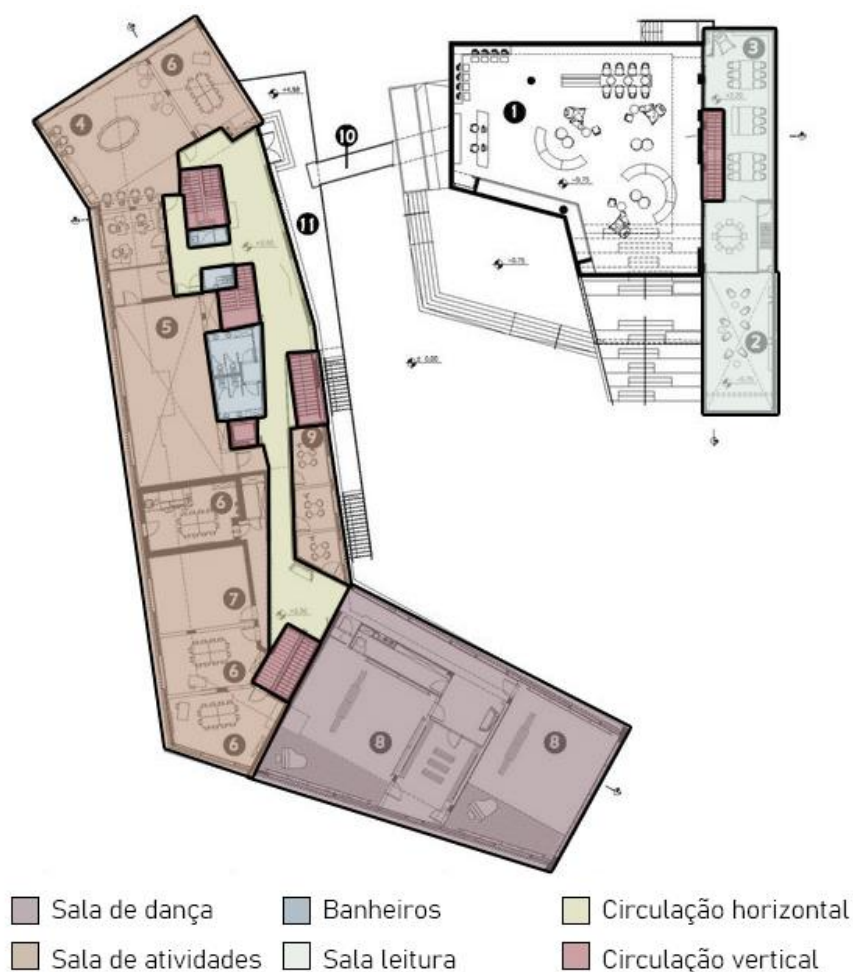
Fonte: Archdaily, com edições pelo autor, 2020.

Na planta do pavimento térreo percebe-se os distintos usos entre as duas edificações, sendo uma edificação destinada a atividades e eventos enquanto a outra destina-se ao uso de estudos.

Ainda, no térreo da edificação principal localizam-se o setor administrativo, a sala de artesanato e o auditório, que possui acesso independente da entrada principal.

O núcleo de serviços, composto por escadas e banheiros, organiza-se em faixa ao centro do pavimento térreo e com circulação horizontal central que separa os banheiros e escadas do elevador. Percebe-se também, a presença de uma segunda escada que conduz os usuários e visitantes a partir da entrada secundária. Ademais, há acessos secundários que conduzem diretamente ao auditório e possibilitam rápida evacuação em situações de emergência. Já a biblioteca possui seu acesso principal voltado à praça fazendo com que os visitantes percorram o espaço aberto do centro comunitário.

Figura 32: Zoneamento segundo pavimento



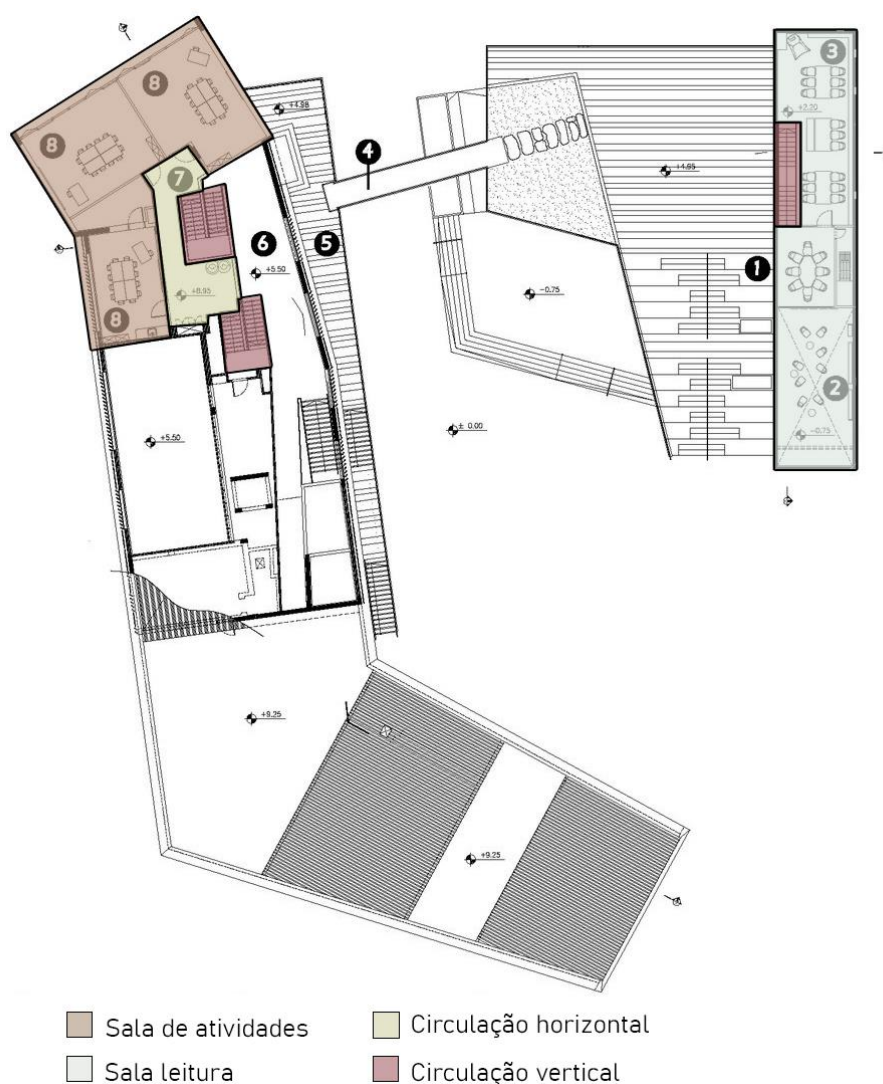
Fonte: Archdaily, com edições pelo autor, 2020.

O segundo pavimento do centro comunitário conta com, na edificação voltada às atividades, salas para desenvolvimento de oficinas, estúdios de música, dança, artes marciais e salas de multiuso. Além disso, a circulação horizontal ocorre perifericamente com um núcleo de circulação vertical e banheiros.

Já na edificação anexa, o pé direito duplo na área da biblioteca garante amplitude ao espaço, enquanto as salas de leitura promovem a privacidade dos visitantes que buscam por um lugar reservado e silencioso.

Em relação aos acessos ao segundo pavimento, há circulações verticais internas a partir do primeiro pavimento e um acesso externo, a partir de uma escada externa, facilitando fluxos e conduzindo os visitantes ao terraço sobre o volume da biblioteca, que é interliga as edificações por uma passarela.

Figura 33: Zoneamento terceiro pavimento



Fonte: Archdaily, com edições pelo autor, 2020.

O terceiro pavimento é composto por salas multiuso na edificação principal enquanto se repetem as salas de leitura na edificação da biblioteca. Percebe-se a falta de banheiros nesses pavimentos e a falta de acessibilidade visto que os únicos acessos são realizados por escadas. Ademais, grande parte do pavimento da edificação principal destina-se ao pé direito duplo dos ambientes e circulação horizontal do segundo pavimento.

Figura 34: Centro Comunitário Rehovot



Fonte: Archdaily, 2017.

Referente à materialidade e estratégias sustentáveis, o projeto do Centro Comunitário Rehovot buscou fazer uso de materiais naturais e eficientes que contribuíssem para a eficiência energética do edifício.

O *brise soleil* fabricado a partir de um composto de bambu foi projeto para resistir às condições externas e garantir o sombreamento dos ambientes internos. Com acabamento amadeirado, os *brises* contrapõem com as paredes claras, placas cimentícias e pedras cinza dos volumes do térreo. Além disso, os planos envidraçados protegidos pelos *brises* garantem amplitude e boa iluminação aos ambientes internos e expõem as atividades internas aos visitantes que transitam pelo espaço aberto.

5.2. Sede do IAB/DF e CAU/BR

O projeto premiado em primeiro lugar no Concurso Nacional de Arquitetura para a Sede do IAB/DF e CAU/BR foi desenvolvido no ano de 2016 em parceria pelos escritórios COA e São Paulo Arquitetos em um terreno na capital brasileira, Brasília, DF.

Figura 35: Projeto para sede do IAB/DF e CAU/BR

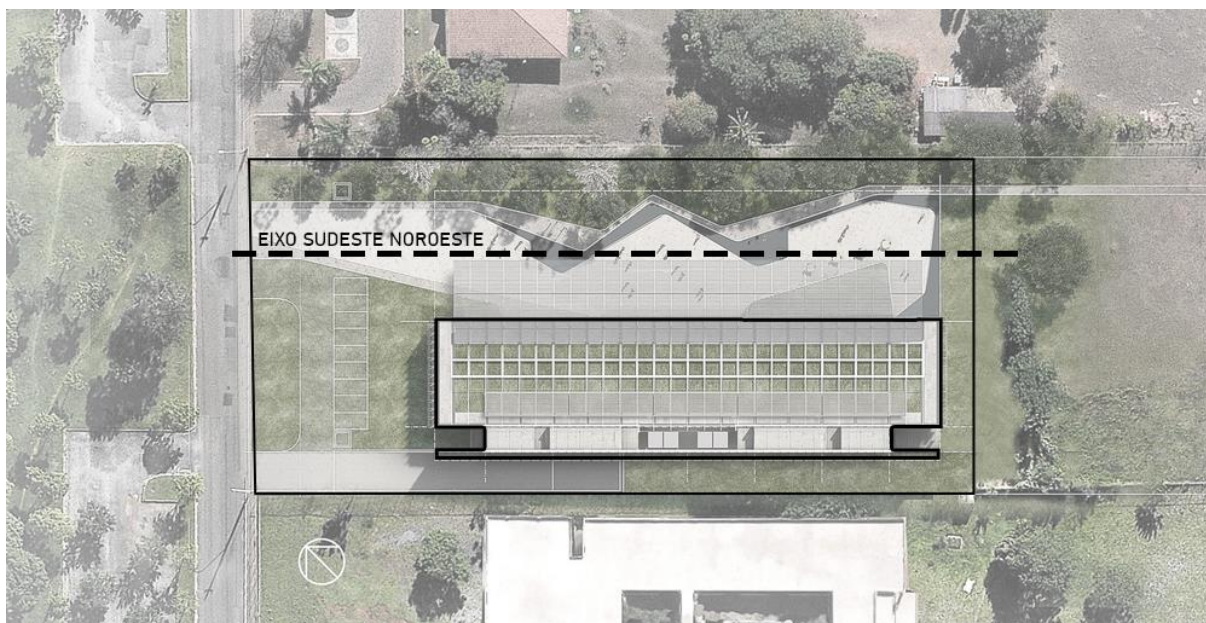


Fonte: COA Arquitetos Associados, 2016.

Conforme descrição da equipe, “o projeto parte da consideração da cidade-parque” que prioriza a relação entre áreas livres e construídas. Assim, a proposta parte de um eixo articulador entre os espaços verdes públicos, de sudeste a noroeste, que conduzem as pessoas à área de recepção, acolhimento e distribuição das duas instituições.

Desta forma, a implantação da edificação segue o eixo supracitado de maneira que o acesso principal se dá pela praça que conduz os visitantes a partir da via na testada frontal do lote. Portanto, a relação entre os ambientes de trabalho e o ambiente externo segue a diretriz de cidade parque, em que se percebe valorização de áreas verdes.

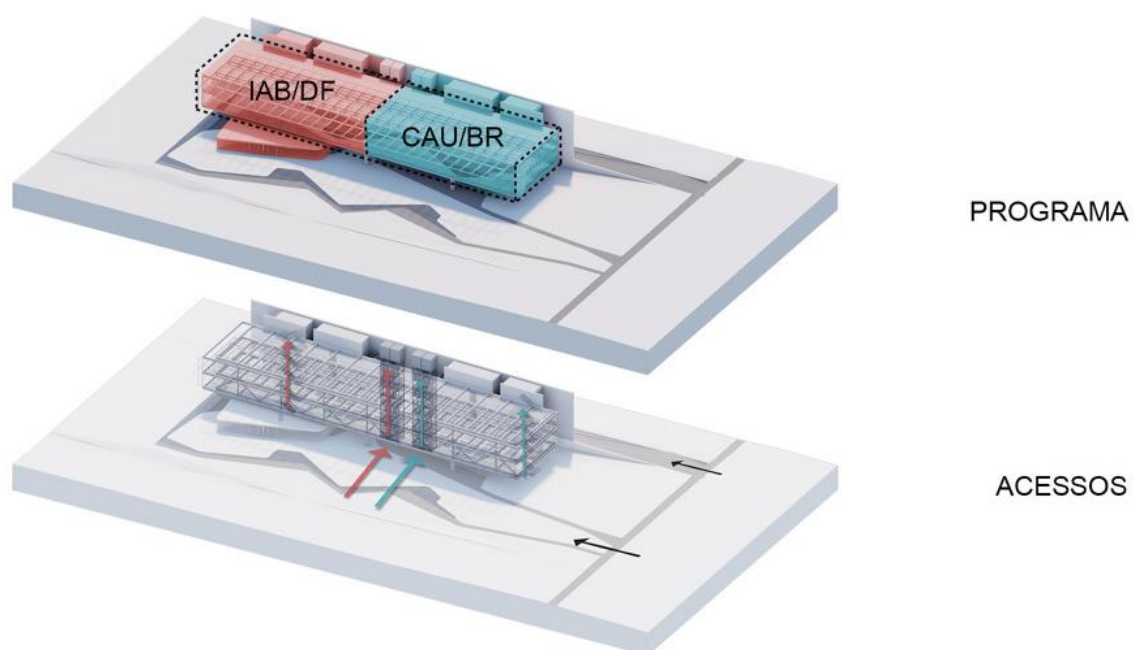
Figura 36: Implantação Sede IAB/DF e CAU/BR



Fonte: COA Arquitetos Associados, com edições pelo autor, 2020.

Referente à implantação de vagas de estacionamento, há uma separação clara entre os locais de trânsito peatonal e de veículos, com algumas vagas localizadas próximas à testada frontal do lote e o acesso ao subsolo junto ao setor de serviço da edificação.

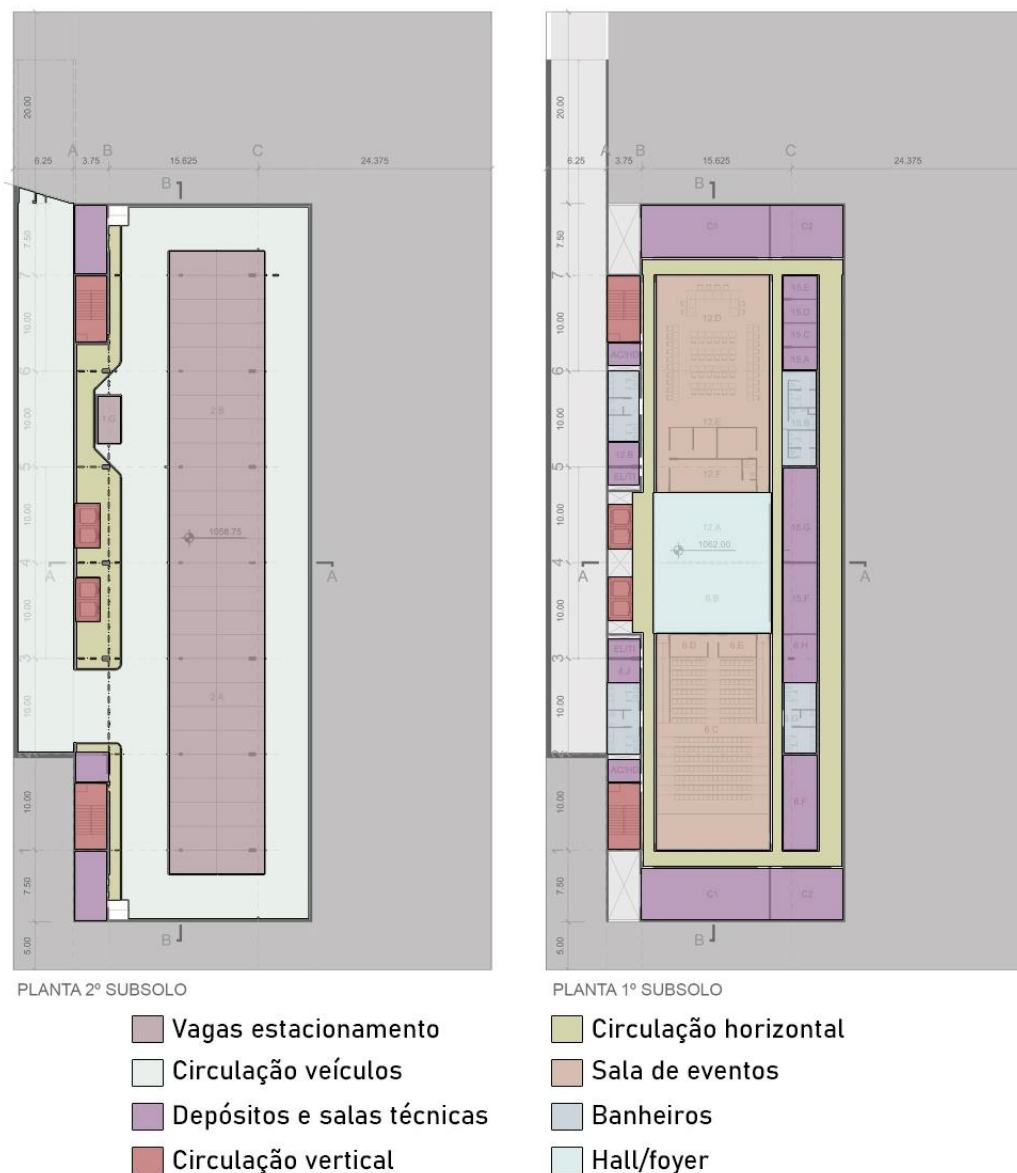
Figura 37: Programa e acessos IAB/DF e CAU/BR



Fonte: COA Arquitetos Associados, 2016.

Conforme Figura 37, a edificação divide-se em dois programas que se relacionam entre si, um setor destinado ao IAB/DF e um setor destinado ao CAU/BR. Além disso, a área de acesso aos dois órgãos foi unificado visando uma otimização de espaços, como recepção, banheiros e circulações e, devido a sua localização estratégica, faz com que o visitante transite pelo espaço aberto a partir do acesso junto à via pública.

Figura 38: Zoneamento subsolos IAB/DF e CAU/BR



Fonte: COA Arquitetos Associados, com edições pelo autor, 2020.

Nos pavimentos abaixo do nível do solo encontram-se as áreas de estacionamento, depósitos e shafts e, no primeiro subsolo, por demandar maior

controle acústico, encontram-se as áreas de convenções e eventos. Os banheiros e circulações verticais localizam-se junto à faixa de serviço, a qual segue nos pavimentos superiores.

Já a circulação horizontal, no primeiro subsolo, ocorre de maneira periférica com os ambientes ao centro e, por se tratar de uma circulação de menor movimentação, não acarreta malefícios aos usos do setor de eventos. Além disso, a circulação organizada periféricamente acaba contribuindo para um controle acústico, uma vez que isola os ambientes que possam gerar ruídos, como elevadores, banheiros e depósitos.

Figura 39: Zoneamento térreo e 2º pavimento IAB/DF e CAU/BR

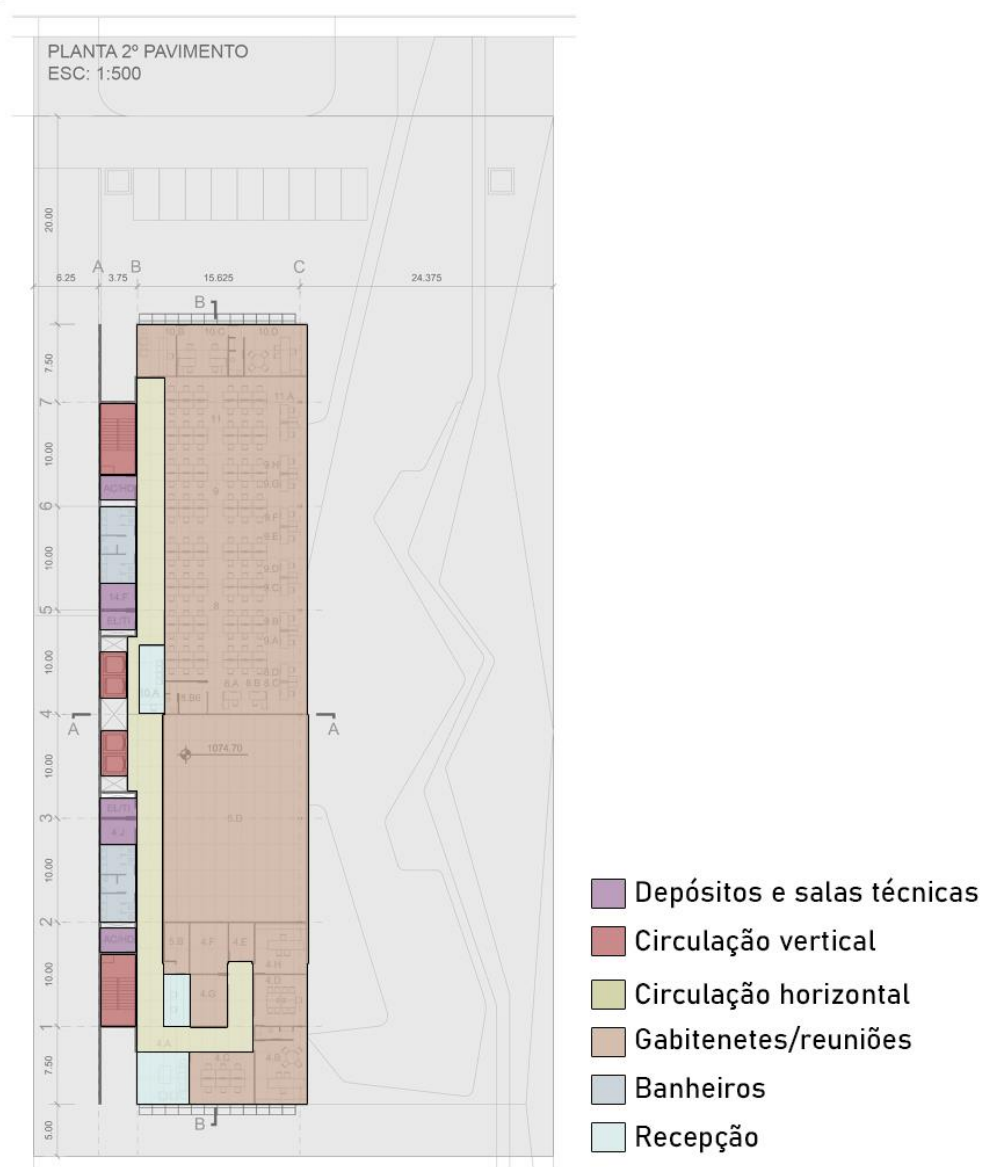


Fonte: COA Arquitetos Associados, com edições pelo autor, 2020.

Nos pavimentos seguintes, o projeto segue com a faixa de serviço na qual estão alocados os banheiros coletivos, os depósitos e shafts, além das circulações horizontais e verticais.

No pavimento térreo, a praça conduz os visitantes à recepção conjunta que encaminha para os atendimentos primários que possuem relação direta com os espaços verdes, garantindo iluminação e ventilação natural aos ambientes. Já o segundo pavimento segue as mesmas diretrizes, com a faixa de serviço que configura a circulação linear ao passo que os gabinetes e salas de reuniões voltam-se à praça interna buscando ventilação e iluminação natural.

Figura 40: Zoneamento 3º pavimento IAB/DF e CAU/BR



Fonte: COA Arquitetos Associados, com edições pelo autor, 2020.

O terceiro pavimento da edificação segue com a configuração de faixa de serviço, com banheiros, circulação vertical e depósitos além da circulação horizontal que encaminha os visitantes aos setores de atendimento. Quanto aos gabinetes e áreas de trabalho e reunião, permanecem voltados à praça pública buscando ventilação e iluminação natural.

Figura 41: Sede IAB/DF e CAU/BR



Fonte: COA Arquitetos Associados, 2016.

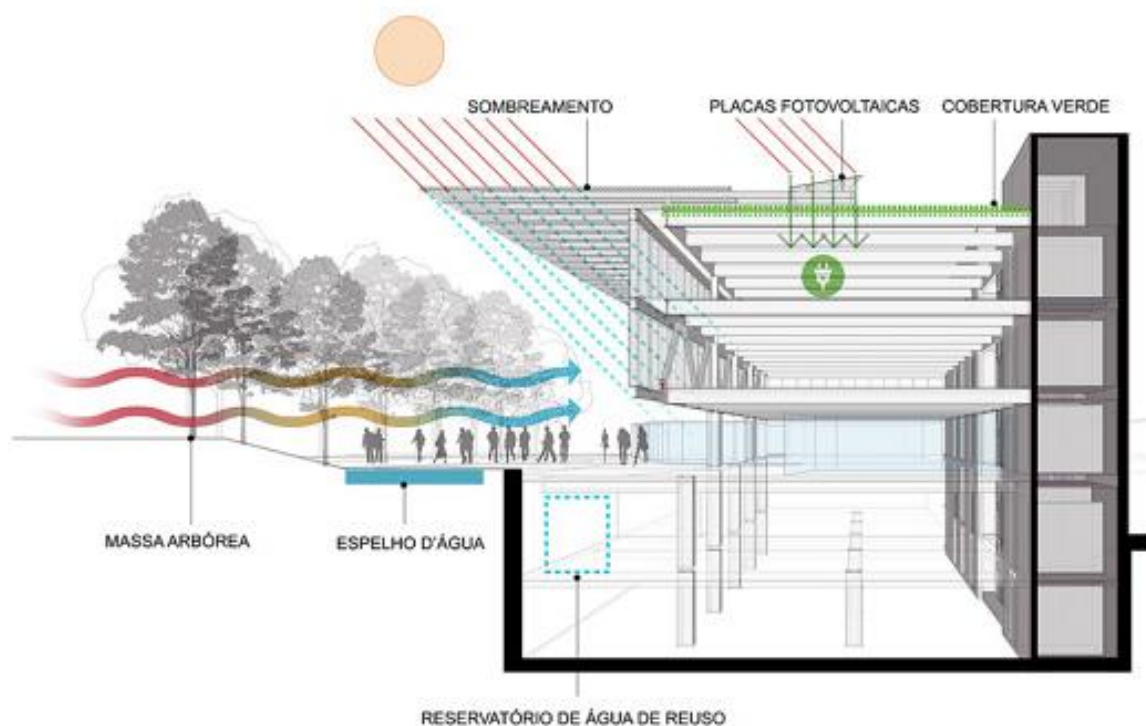
O projeto apresenta soluções e materialidades que contribuem com a sustentabilidade da edificação. Com a utilização de estrutura metálica, garante a execução de uma obra limpa. Os fechamentos em vidro possuem orientação nordeste enquanto o volume de escadas e sanitários, à sudoeste, funcionam como barreira térmica natural.

Como forma de barrar um percentual da visibilidade garantida pelos grandes planos de vidro, os pavimentos superiores receberam brises metálicos em chapa de tela expandida.

No pavimento térreo, os dois volumes de atendimento possuem fechamento em vidro do tipo *u glass*, sistema de perfis de vidro em formato de “U”, que entre suas propriedades destacam-se: transmissão de luz natural, isolamento acústico e isolamento térmico. Ademais, devido a sua grande flexibilidade pode ser instalado verticalmente de maneira plana ou curva.

As áreas de cobertura da edificação são compostas pelo sistema de telhado verde (cobertura vegetal) além de possuir sistema de cobertura de perfis metálicos e vidros em balanço sobre parte da praça contribuindo para proteção solar e que, posteriormente, receberá placas fotovoltaicas que contribuirão para a sustentabilidade da edificação.

Figura 42: Estratégias de sustentabilidade IAB/DF e CAU/BR



Fonte: COA Arquitetos Associados, 2016.

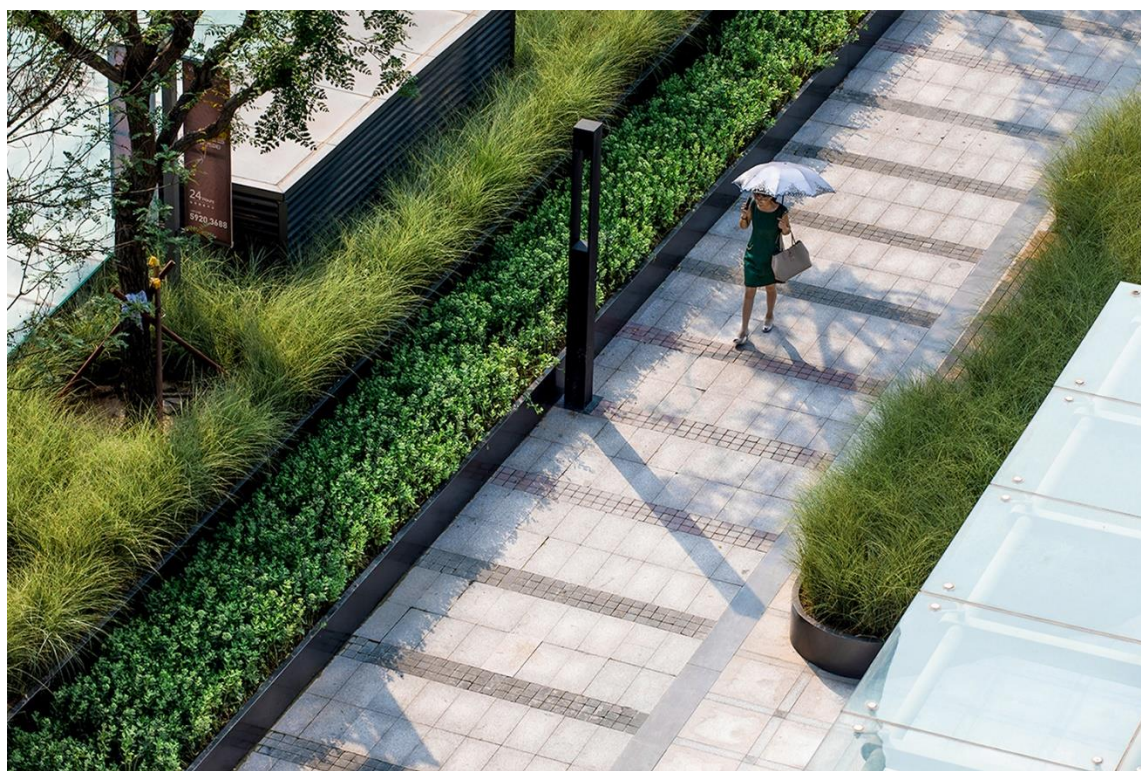
Conforme Figura 42, percebe-se a preocupação com a sustentabilidade da edificação a qual conta também com uma massa arbórea que reduz a temperatura do ar concomitantemente aos espelhos d'água localizados na praça pública.

Ainda, junto ao primeiro pavimento abaixo do nível do solo previu-se uma área de reservatório e cisterna para reuso de águas. Desta forma, a escolha de materiais e estratégias contribuem para uma maior qualidade da edificação em características sustentáveis.

5.3. Vanke Wangjing Garden

O projeto do Vanke Wangjing Garden foi desenvolvido no ano de 2018 em Pequim, na China. A partir de uma renovação paisagística, o espaço entre um estacionamento e um edifício corporativo apresentou uma revitalização ao local densamente povoado.

Figura 43: Vanke Wangjing Garden

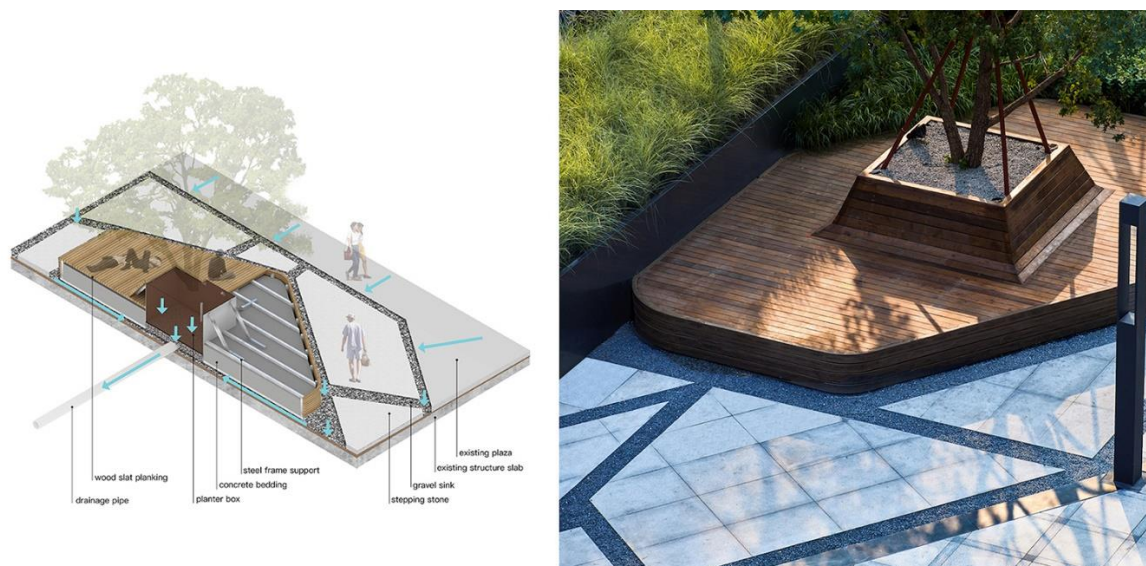


Fonte: Landezine, 2019.

O espaço, além de conduzir os indivíduos, apresenta características e locais de contemplação junto à natureza, podendo ser considerado como não só um espaço transitório, mas sim de estar e lazer dando apoio aos serviços prestados em seu entorno imediato. Os locais de estar apresentam diferenciação de materialidade e

área de fluxo ampla para que não haja interrupção no deslocamento de quem transita pelo parque.

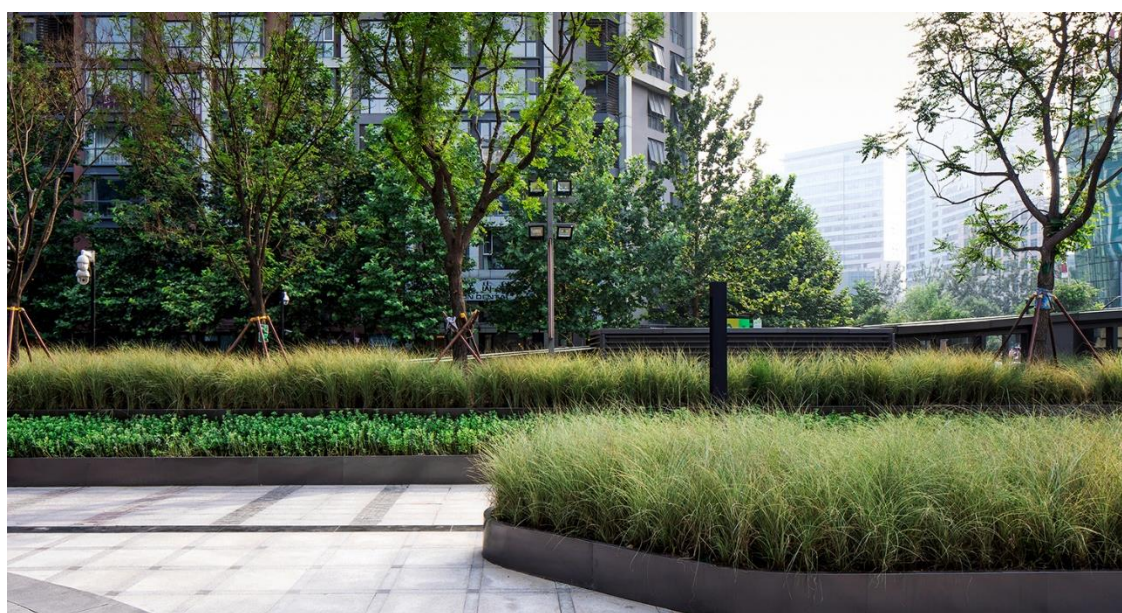
Figura 44: Diagrama e locais de estar



Fonte: Landezine, 2019.

Ademais, a materialidade e estratégias implementadas garantem a sustentabilidade da praça, visto que permitem a permeabilidade de águas e as conduzem até os pontos de drenagem ou reuso.

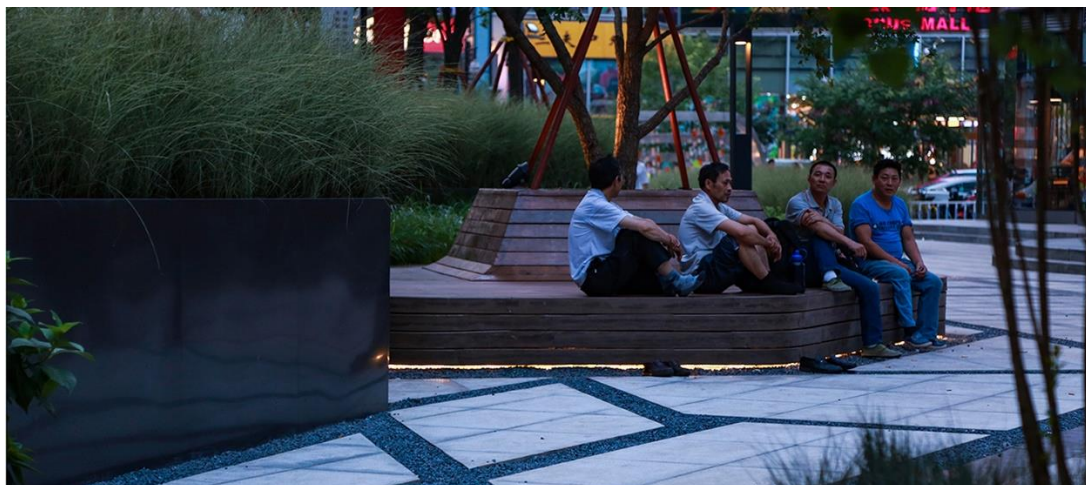
Figura 45: Variação de vegetação



Fonte: Landezine, 2019.

Quanto à vegetação, a praça contempla espécies de pequeno e médio porte além de algumas espécies rasteiras. As vegetações de médio porte geram sombra e funcionam como barreira visual enquanto as vegetações rasteiras estão presentes junto aos canteiros que conduzem os visitantes aos locais de interesse e áreas de lazer.

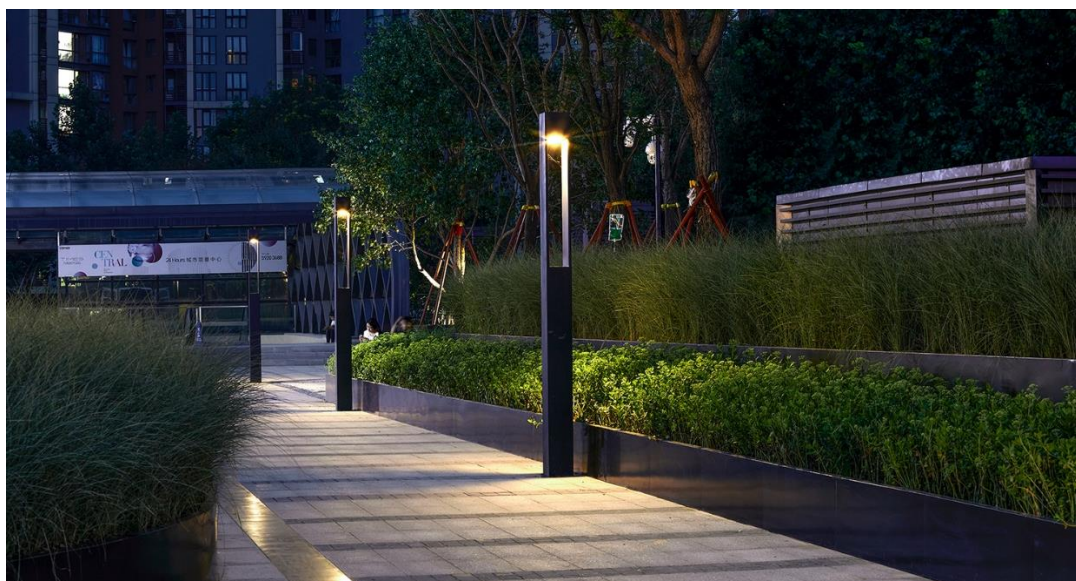
Figura 46: Iluminação indireta nos bancos



Fonte: Landezine, 2019.

A iluminação do espaço é realizada de forma indireta, através de faixas abaixo dos bancos, demarcando as áreas de estar e balizadores que evidenciam os percursos.

Figura 47: Iluminação por balizadores



Fonte: Landezine, 2019.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. Tese de Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR: 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48900/R%20-%20T%20-%20MICHELE%20TUPICH%20BARBOSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 set. 2020.

BATISTA, Simone; BONINI, Luci Mendes de Melo. **Lei de migração no Brasil à luz da crise humanitária no mundo**. 2017. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/lei-de-migracao-no-brasil-a-luz-da-crise-humanitaria-no-mundo/>>. Acesso em: 19 set. 2020.

BEZERRA, Juliana. **Imigração no Brasil**. Toda Matéria. 2020. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/imigracao-no-brasil/>>. Acesso em: 09 set. 2020.

BEANINGER, Rosane. **Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil**. Brasília, D: REMHU, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a05.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origem da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo, SP: FAPESP, 1998.

BONDUKI, Nabil Georges. **Política habitacional e inclusão social no Brasil:** revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. 1 ed. Revista do programa de pós-graduação *stricto sensu* em arquitetura e urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 2020. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018. **Ministério da Justiça e Segurança Pública.** Brasília, 22 ago. 2019. Disponível em:
<<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29>>. Acesso em: 09 set. 2020.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A assistência social no Brasil:** da caridade ao direito. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ, RJ: 2008. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>>. Acesso em: 16 set. 2020.

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. **Evolução do processo social população em situação de rua:** um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível em:
<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2573/1/2011_AmaranthaSaTelesdeCerqueira.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

COUTO, Berenice Rojas; et al. In: _____. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

DA CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza. (Orgs). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Disponível em:

<<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149524/pdf/0?code=74fS+gf/hq0g9kBWUkoxtTGmxyU5rOj4Jh/faqHotlzCmjAutSHZC6vjy94lHXsLbl+5o0wdlP5QOcOm8sevg==>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

DANTAS, Juliana Grasiela da Silva. **A assistência social no Brasil: da benemerência ao direito**. Socializando, 2016. Disponível em:

<https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2016/07/Socializando_2016_9.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

ENRICONI, Louise. **A história mundial é uma história de migrações**. Politize!. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/migracoes-historia-mundial/>>. Acesso em: 06 set. 2020.

ESCOLA, Equipe Brasil. **Imigração no Brasil**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm>>. Acesso em: 09 set. 2020.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre, RS: Nova Dimensão, 1988.

GUERRA, Sidney. **A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos**. Revista de Direito da Cidade, vol. 09, 2017.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. In WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch; (orgs). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília, UNESCO, 2003.

HERÉDIA, Vania. **A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acesso em: 13 set. 2020.

IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 15 dez. 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>>. Acesso em: 22 set. 2020.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O procedimento de concessão de refúgio no Brasil**. 2006. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/estrangeiros/o-procedimento-refugio-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2020.

LAJEADO (RS), Prefeitura de. **História do Município**. 2020. Disponível em: <https://www.lajeado.rs.gov.br/?titulo=Lajeado&template=conteudo&categoria=931&codigoCategoria=931&idConteudo=2963&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO>. Acesso em: 31 ago. 2020.

LAJEADO (RS), Prefeitura de. **Histórico da Ocupação**. 2020. Disponível em: <https://www.lajeado.rs.gov.br/?titulo=Lajeado&template=conteudo&categoria=931&codigoCategoria=931&idConteudo=3029&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO>. Acesso em: 31 ago. 2020.

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais**. Passo Fundo, RS: Editora UPF, 2010.

MARTIN, Denise; QUIRINO, José; MARI, Jair. **Depressão entre mulheres da periferia de São Paulo**. Revista Saúde Pública. Vol 41, n. 4, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n4/5594.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. Brasília, 2004.

MEDEIROS, Juliana. **Qual a diferença entre CRAS e CREAS?**. 2018. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/diferenca-cras-creas/>>. Acesso em: 19 set. 2020.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; SIMON, Renel. **Sonhos que mobilizam o imigrante haitiano**: biografia de Renel Simon. 1 ed. Lajeado, RS: Univates, 2015.

MERELES, Carla. **A crise humanitária dos refugiados**: muito além da Síria. Politize!. 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-dos-refugiados/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

MINISTÉRIO da Cidadania: **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>>. Acesso em: 06 set. 2020.

MORAIS, Pâmela. **Migração no Brasil**: quem vem para nosso país?. Politize!. 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/migracao-no-brasil-quem-vem-para-ca/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

OLIVEIRA, Iris Maria de. **Assistência social pós-loas em Natal**: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso. Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2005. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17548/1/Assistencia%20Social%20Pos%20LOAS%20em%20Natal.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2020.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos Imigrantes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537803035/cfi/6/2!/4/2/2@0:9.88>>. Acesso em: 06 set. 2020.

ORIENTAÇÕES Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 1 ed. Brasília, DF. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.

PEREIRA, Vinicius Tonollier. **A psicologia no mundo da vida**: representações sociais sobre os(as) usuários(as) do CRAS. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2013.

PETTER, Bruna. **CAR – Centro de Acolhimento Ressignificar**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, Lajeado, RS, 2013.

SANTANA, Eline Peixoto de; et al. **Histórico da política de assistência social**: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/historicodapoliticadeassistenciasocial.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2020.

SENE, Glaucia Malerba. **Caminhos pré-colombianos**: migrações foram multiétnicas e descontínuas. Revista de História da Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/caminhos-pre-colombianos-migracoes-foram-multietnicas-e-descontinuas/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

SILVA, Thamires Olimpia. **O que é migração?**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-migracao.htm>>. Acesso em: 07 set. 2020.

SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. **A presença teuto no Rio Grande do Sul do século XIX**: um lacônico estudo sobre as consequências econômicas, sociais e culturais. Passo Fundo, RS: Revista Semina, 2014.

SOUZA, Daniele Graciane de. LIMA, Silvia Maria Amorim. **Políticas sociais setoriais e os desafios para o Serviço Social**. 1 ed. Curitiba, PR: InterSaberes, 2017.

SPINELLI, Fabiana Braun; et al. **Integração socioespacial de imigrantes haitianos na cidade de Lajeado, Brasil**: um estudo configuracional – análise da centralidade. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2017.

TOMASINI, Juliana. **Padrão de variabilidade do vento à superfície, em Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil**: implicações ambientais. Trabalho de conclusão de curso – curso de Engenharia Ambiental, Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Lajeado, RS, 2011.

VASCONCELOS, Andressa. **Imigração no Brasil** - Aspectos, história, causas e fluxo migratório. 2019. Disponível em: <<https://escolaeducacao.com.br/imigracao-no-brasil/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

ZAMBERLAM, Jurandir; et al. **Os novos rostos da imigração no Brasil** - Haitianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: Solidus, 2014.

APÊNDICE A – Síntese de entrevista com coordenadora do CRAS

Entrevista com Fátima Luciane Leal Machado, coordenadora do CRAS sede Centro em Lajeado.

Pergunta: O que é o CRAS?

Resposta: O CRAS é um Centro de Referência de Assistência Social que trabalha com famílias em vulnerabilidade social.

Pergunta: Qual o parâmetro de classificação de famílias em vulnerabilidade social?

Resposta: Para o Governo Federal, famílias em situações de vulnerabilidade social são famílias que recebem até três salários-mínimos e que em algum momento apresentem dificuldade social, baixa renda, fragilização de vínculos e violação de direitos.

Pergunta: Como é realizado o ingresso das famílias no CRAS?

Resposta: O ingresso no CRAS pode ser realizado de forma voluntária ou por encaminhamento do poder judiciário ou rede de serviços municipais. A partir de então, passam a ser acompanhados por técnicos assistentes sociais ou psicólogos.

Pergunta: Qual a fonte de recursos do CRAS?

Resposta: O CRAS se mantém a partir de recursos governamentais que são repassados pelo município para que as atividades sejam executadas. Os recursos são provenientes dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Pergunta: Como são os atendimentos às famílias?

Resposta: Todos os atendimentos são realizados de maneira individual ou em grupo.

Pergunta: Como é regulamentado o serviço do CRAS?

Resposta: O CRAS possui normativas do Governo Federal através do Ministério da Cidadania e ele tem orientações técnicas do trabalho dos profissionais e orientações de estrutura física.

Pergunta: Qual a situação da localização do CRAS atual?

Resposta: O CRAS sede Centro de Lajeado está localizado em uma casa comprada pelo Governo Municipal e que sofreu adaptações, mas a orientação do Governo Federal é de que houvesse um padrão a ser seguido para implantação de novas sedes.

Pergunta: Qual a demanda de atendimentos em Lajeado?

Resposta: Atualmente o município de Lajeado conta com duas unidades de CRAS, porém a demanda populacional em situações de vulnerabilidade social possibilitaria a implantação de mais duas unidades. Cada CRAS possui um limite de referência de até cinco mil famílias.

Pergunta: O CRAS oferece serviços de assistência à saúde?

Resposta: O CRAS trabalha com a política de assistência social, não oferecendo serviços da política pública de saúde.

Pergunta: Qual o procedimento em casos de constatação de violência?

Resposta: Em casos de constatação de violência e violação de direitos, o CRAS faz o encaminhamento ao Conselho Tutelar e ao CREAS, que é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social e que atende as violações.

Pergunta: Qual o objetivo dos atendimentos oferecidos?

Resposta: O trabalho do CRAS é de tutela para que as pessoas rompam a dependência de programas de auxílio e possam ser protagonistas e fazer a diferença através de seu trabalho.

Pergunta: É oferecido algum tipo de curso profissionalizante para os usuários?

Resposta: Uma das atividades oferecidas são cursos profissionalizantes que são adquiridos pelo CRAS, junto ao SENAC, SENAI, SESC e são ofertados aos usuários que apresentam bastante aceitação.

Pergunta: Na cidade percebe-se grande presença de imigrantes, qual a estimativa dessa população?

Resposta: Atualmente deve ter cerca de mil haitianos na cidade, além de colombianos, senegaleses, indianos e venezuelanos, com maioria provenientes do Haiti.

Pergunta: Quais as expectativas deles quando migram ao Brasil?

Resposta: Migram ao Brasil com expectativa de vida melhor através de empregos e condições de vida digna. Muitos possuem o desejo de voltar a estudar. No momento que chegam ao país, de posse do visto humanitário, possuem direitos aos programas sociais.

Pergunta: Qual a principal dificuldade encontrada pelos imigrantes?

Resposta: A língua é a principal dificuldade quando chegam ao Brasil.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Fátima Luciane Leal Machado, cuja atividade/função exercida/cargo é Coordenadora de CAS, no Município de Lajeado/RS, aceito, pelo presente Termo, participar de entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico/estudante do Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, de Lajeado/RS, Igor Balastrelli Grecco, orientado pela profª Jamile Maria da Silva Weizenmann.

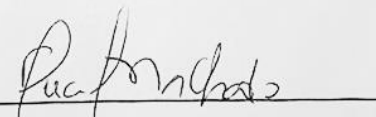
Pelo presente Termo fico ciente que:

1. A atividade/o trabalho tem por objetivo estudar a situação de pessoas em vulnerabilidade social e sua importância de implantação na cidade de Lajeado/RS.
2. A coleta de informações será feita mediante entrevista estruturada. A entrevista será na modalidade escrita via e-mail podendo acontecer presencialmente conforme disponibilidade do local e anotada pelo acadêmico;
3. Posso pedir esclarecimentos sobre quaisquer aspectos da atividade antes e durante o seu desenvolvimento;
4. Posso abandonar a entrevista antes e durante o seu curso, sem quaisquer prejuízos para mim;
5. É-me garantido o sigilo quanto à origem das informações, não podendo ser revelada a minha identidade, caso seja solicitado pelo entrevistado.
6. Por este trabalho se espera como benefício contribuir para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso bem como auxiliar na elaboração de um programa que possa atender com qualidade essa parcela da população.
7. As informações coletadas serão interpretadas e gerarão uma parte do trabalho do acadêmico Igor Balastrelli Grecco, cujo resultado será apresentado no mês de novembro de 2020, garantindo-se o sigilo da fonte das informações;
8. Caso a atividade/trabalho, após sua apresentação/defesa em aula/evento, seja enviada para a Biblioteca da Univates, este Termo não a acompanhará, devendo ser enviado para o Arquivo Central de documentos da Instituição. Ficará como Anexo da atividade uma cópia em branco deste Termo
9. Frente a qualquer dúvida, o professor orientador e a acadêmica estarão à disposição pelo telefone (51) 99142-9623 – Igor Balastrelli Grecco ou pelo e-mail igorgrecco@universo.univates.br

Assim, este Termo será expedido em duas vias, sendo uma via do acadêmico Igor Balastrelli Grecco para inserção na atividade/trabalho de aula e outra do entrevistado.

Lajeado, 5 de agosto de 2020.


Acadêmico/estudante


Entrevistado